

CENTRO DE ESTUDOS

EuroDefense – Portugal



VIII ENCONTRO INTERNACIONAL
EURODEFENSE – LISBOA 2002

*Depois do Euro
a Política de Defesa
da União Europeia*

Caderno 3

Lisboa, Março de 2003

Índice

1.	Introdução.....	2
2.	Programa do Ciclo de Conferências do VIII Encontro Internacional EuroDefense – Lisboa, 2002 “Depois do Euro – A Política de Defesa da União Europeia”	4
3.	Textos das Conferências	
	<i>a. Prospectivar os Desenvolvimentos Políticos</i>	
	Dr. Jacques Santer, Deputado Europeu Presidente do ED-Luxemburgo	6
	<i>b. Prospectivar a política de segurança e defesa</i>	
	Dr. António Vitorino, Comissário Europeu Ex-Presidente do EuroDefense-Portugal	14
	<i>c. A Excelência Militar no século XXI</i>	
	Alm. Sir Peter Abbott Ex-CINCFLEET (Comdante-Chefe da Esquadra do Reino Unido)	16
	<i>d. What Prospects for European Defence?</i>	
	Brig. Gen. Giovanni MARIZZA EuroDefense-Italy	18
	<i>e. Sobre um Conceito Estratégico da UE: Algumas Questões-Chave</i>	
	TGen. Abel Cabral Couto Ex-Director do IDN, EuroDefense-Portugal	26
	<i>f. Force-Capabilities and Lacunas</i>	
	Rear-Admiral (R) Jörk Reschke President, EuroDefense-Deutschland	31
	<i>g. A Política de Armamento – Despesa ou Investimento?</i>	
	Juan Emilio Iranzo MARTÍN UNED, Espanha	39
	<i>h. Uma Agência Europeia de Armamento para todos</i>	
	IGA Emile Blanc Presidente do EuroDefense-França	40
	<i>i. European Defence R&D – A Funding Policy</i>	
	Ilana Bet-El GPC-International	46
	<i>j. Defence Technological and Industrial Base – The SMEs Role</i>	
	Mr. Han Willems EDIG – European Defence Industries Group	51
4.	Texto da Intervenção do Ministro de Estado e da Defesa Nacional, Dr. Paulo Portas	56
5.	Síntese das Conferências	
	Por um Grupo de Jovens	65
6.	Comunicado EuroDefense-Portugal	69

Introdução

Os Cadernos EuroDefense-Portugal são um meio privilegiado de registo e divulgação das principais iniciativas EuroDefense no âmbito do estudo, investigação e debate.

Pretende-se que estes cadernos constituam reflexões profundas e qualificadas sobre temas importantes que liguem a situação e os interesses de Portugal à Segurança e Defesa da Europa. Pretende-se também que o modo de abordagem dos temas se centre no essencial e contenha uma visão prospectiva dos futuros possíveis e desejáveis de modo a garantir uma prolongada permanência de actualidade e interesse. São objectivos difíceis de alcançar perante a presente conjuntura, plena de incerteza, imprevisibilidade e a rapidez da mudança. Como também perante a dificuldade dos países europeus no debate e consenso sobre um futuro comum.

Temos procurado tomar essa realidade em consideração e, por isso, seleccionamos cuidadosamente os temas, escolhemos com critério os textos e, naturalmente, editamos um número limitado de cadernos.

O nosso primeiro caderno resultou de uma Mesa redonda sobre a IESD – Identidade Europeia de Segurança e Defesa que reuniu intervenções de personalidades nacionais do mais alto nível entre os quais citamos, o actual Primeiro Ministro, Durão Barroso, o então Director do Instituto de Defesa Nacional e mais tarde Ministro da Administração Interna, Prof. Severiano Teixeira e o Deputado Europeu antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof. Medeiros Ferreira.

O segundo caderno abordou o tema: “Elementos Essenciais para uma Política da Indústria Relacionada com a Defesa” e resultou de uma reflexão profunda de um Grupo de Trabalho constituído por especialistas qualificados, conhecedores da situação nacional e internacional nesta área. Teve e tem esta publicação uma grande receptividade e procura, talvez por se situar numa área onde escasseia informação com o carácter global e abrangente que lhe foi conferido pelo grupo multidisciplinar que o elaborou.

Lançamos agora o terceiro caderno que reúne as comunicações apresentadas no ciclo de Conferências integrado no VIII Encontro Internacional EuroDefense – Lisboa 2002 que teve lugar no Centro de Congressos de Lisboa em 25 e 26 de Setembro de 2002.

O título e tema deste Caderno, “Depois do Euro – A Política de Defesa da União Europeia” é o mesmo do referido Ciclo de Conferências.

Pela qualidade e nível internacional dos oradores, pela riqueza das ideias e do conteúdo das comunicações e pela diversidade e objectividade dos temas tratados podemos considerar que este caderno, à semelhança do segundo caderno, se poderia designar por “Elementos Essenciais para a Definição duma Política de Defesa da União Europeia”.

Consideramo-lo, por isso, como uma útil e oportuna colectânea de textos base para quem desejar reflectir sobre o futuro da Segurança e da Defesa da Europa. O facto dos comunicadores

e participantes se apresentarem a título individual, independentemente da nacionalidade e cargos institucionais, contribuiu também para valorizar a riqueza e o interesse do conteúdo deste caderno.

Para além dos textos das conferências são também incluídos o texto da intervenção do Ministro da Defesa Nacional, Dr. Paulo Portas, uma síntese das Conferências elaborada por um Grupo de Jovens, um Comunicado elaborado pelo EuroDefense-Portugal.

Sobre o VIII Encontro Internacional EuroDefense – Lisboa 2002, também editamos e difundimos um CD-R integrando de forma mais abrangente todas as actividades do Encontro.

Com a edição do “Caderno 3” do EuroDefense-Portugal esperamos contribuir para a reflexão e debate sobre a Europa e o futuro da sua Política de Segurança e Defesa.

EuroDefense-Portugal

VIII Encontro Internacional EuroDefense – Lisboa 2002

“Depois do Euro – A Política de Defesa da União Europeia”

PROGRAMA DAS CONFERÊNCIAS

25 Setembro

17.00 – Sessão de abertura

Presidida por S Ex.a o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus

17.30 – 1ª. Sessão “UE – Projectar o Futuro”

- Prospectivar os desenvolvimentos políticos
Deputado Europeu Jacques Santer, Presidente do ED-Luxemburgo
- Prospectivar a política de segurança e defesa
Comissário Europeu António Vitorino, Presidente do ED-Portugal
- Debate

19.00 – Fim da 1ª. Sessão

26 Setembro

09.30 – 2ª. Sessão “Desenvolver a PESC – Operacionalizar a PESD”

Conferência

- Excelência Militar no Sec.XXI
Almirante Sir Peter Abbott, Reino Unido
- Debate

Painel

- Um conceito estratégico para a União
Brig Gen Giovanni Marizza, Itália
- PESD –Identificar questões chave
TGen Abel Cabral Couto, Ex-Director do IDN, ED-Portugal
- A Força – Capacidades e lacunas
CAlm Joerk-Eckert Reschke, Presidente ED-Alemanha
- Debate

12.30 – Fim da 2ª. Sessão

13.00 – Almoço

14.30 – 3ª. Sessão “Política de Armamento – Uma componente fundamental”**Conferência**

- A política de armamento – Despesa ou investimento?

D. Juan Iranzo, UNED, Espanha

- Debate

Painel

- Uma Agência Europeia de Armamento para todos

IGA Emile Blanc, Presidente ED-França

- Defesa e R&D – Que financiamento ?

Dr.ª Ilana Bet-El, GPC Internacional

- Base Tecnológica e Industrial de Defesa – O papel das PME

Mr. Han Willems, EDIG

- Debate

18.00 – Fim da 3ª. Sessão

18.30 – Sessão de Encerramento

Presidida por S Ex.a o Ministro de Estado e da Defesa Nacional

Prospectivar os Desenvolvimentos Políticos

**Dr. Jacques Santer, Deputado Europeu
Presidente do ED-Luxemburgo**

[Introduction]

L'effondrement du communisme soviétique et la construction européenne constituent vraisemblablement deux évolutions parmi les plus encourageantes du vingtième siècle.

Un peu plus de cinquante ans après la Déclaration Schuman du 9 mai 1950, onze ans après le traité de Maastricht, force est de constater que le nouveau millénaire s'est ouvert sur une Europe en pleine renaissance. Au terme d'un vingtième siècle marqué par deux guerres mondiales, l'Europe s'est relevée, l'Europe a reconstruit et, surtout, l'Europe a innové.

Avec la fin de la guerre froide, l'histoire politique du nouveau millénaire semblait en effet prendre racine en Europe. La situation en Europe entre 1989 et 1997 est un concentré d'images des bouleversements du système international de l'après-Guerre froide.

En Europe, la levée du rideau de fer a en effet permis d'envisager la possibilité d'une paix durable sur notre continent. Les nations et les Etats d'Europe ont retrouvé l'esprit d'une identité commune. Aujourd'hui, l'Europe entière travaille ensemble à la mise en œuvre d'un modèle d'intégration économique et politique unique au monde.

Or, le pacte initial, conclu entre six Etats membres, limité dans un premier temps aux domaines du charbon et de l'acier, a changé de nature et s'est progressivement transformé en un traité d'Union impliquant à l'état actuel quinze pays européens.

Les traités successifs ont mis en place des institutions et des politiques communes qui font que l'interdépendance entre Etats européens touche aujourd'hui aux domaines réservés du noyau dur de la souveraineté. Les solidarités de fait au sein l'Union impliquent la monnaie, la diplomatie et la défense, la justice et les affaires intérieures.

A partir de ce point de vue, la perspective d'un achèvement de l'Union Economique et Monétaire, après l'entrée en vigueur de l'euro fiduciaire au 1er janvier 2002, annonce en effet un étape décisive vers l'intégration politique.

Mesdames et Messieurs,

[Défis]

En dépit du tableau optimiste que je viens de vous dépeindre, il saute aux yeux que le projet européen est aujourd'hui à la croisée des chemins. Les euro-sceptiques et les euro-décus sont plus nombreux que jamais. Le "*pourquoi*" de l'intégration européenne se perd dans les aspects techniques du "*comment*". Les projets stratégiques semblent subordonnés aux urgences du moment et aux impératifs de la navigation à vue. Bien plus que du scepticisme et de la déception, c'est en fait de "*l'euro-fatigue*" qui s'installe.

D'une part, et d'abord, il apparaît que cinquante années de paix en Europe occidentale ont quelque peu dilué la pertinence de l'objectif premier de l'intégration européenne.

Cependant, force est de constater qu'au sein d'un système international globalisé, l'influence relative de nos anciens Etats-nations européens face aux nouveaux défis est en déclin. Or, le succès des schémas d'intégration régionale est patent. L'Union Européenne n'en est que l'exemple le plus frappant.

L'Union est aujourd'hui une puissance économique et commerciale dont le poids nominal talonne de près celui des Etats-Unis. Dans un même temps, l'Union peine à affirmer son identité et ses intérêts sur la scène internationale. La place de l'Europe dans le monde reste conditionnée par la parabole déshonorante du géant économique qui ne sort de chez lui qu'accompagné d'un nain politique. Or, pour maîtriser les défis extérieurs, l'Union a en premier lieu besoin d'un véritable concept stratégique.

D'autre part, il est évident que la question du futur de l'Union est intimement liée à celle de l'élargissement. Il est acquis que les élargissements futurs consacrent l'unification pacifique et volontaire du continent européen, dont la séparation de part et d'autre du rideau de fer constituait, il y a moins de quinze ans encore, une entrave majeure à la paix et à la stabilité internationales. A ce titre, l'élargissement apportera à l'Union la légitimité géopolitique qui lui permettra de devenir un véritable acteur global à l'échelle mondiale.

Cependant, il nous faut aussi nous rendre à l'évidence que le nombre d'Etats membres de l'Union passera dans les années à venir de quinze à plus de vingt-cinq. Le spectre d'un blocage institutionnel devient ainsi une réalité mathématique.

A condition qu'il soit acquis que l'intégration européenne ne pourra se contenter d'un grand marché unique, la réussite de l'élargissement commande à l'Union d'aborder le défi mathématique par une équation politique nouvelle et ambitieuse.

[Convention]

Car, in fine, devant une croisée des chemins qui, un peu partout, se nourrit aussi d'un grand sentiment de désillusion, l'Union se doit d'élaborer un projet politique renouvelé, à la hauteur des attentes de ses citoyens.

Comme vous le savez, les chefs d'Etat et de Gouvernement de l'Union Européenne ont décidé à Laeken, les 14 et 15 décembre 2001, de convoquer une Convention sur l'avenir de l'Europe, chargée d'examiner les questions essentielles que soulève le développement futur de l'Union et de rechercher les différentes réponses possibles.

La Déclaration de Laeken dresse un mandat clair. Les chefs d'Etat et de Gouvernement désignent quatre défis auxquels devra répondre une Union renouvelée:

- une meilleure répartition et définition des compétences;
- la simplification des instruments de l'Union;

- davantage de démocratie, de transparence et d'efficacité;
- ouvrir la voie vers une Constitution pour les citoyens européens.

Or, c'est également lors du Conseil Européen de Laeken que les chefs d'Etat et de Gouvernement ont adopté la Déclaration d'Opérationnalité de la Politique européenne commune de sécurité et de défense. Il semble désormais acquis que le renforcement de la politique de sécurité et de défense sera, avec la sécurité intérieure, le domaine privilégié de l'intégration politique au cours des années à venir.

Mesdames et Messieurs,

Avant d'aborder les travaux de la Convention, permettez-moi de vous confier trois remarques personnelles.

Tout d'abord, il convient à mes yeux de mettre en exergue la dimension historique du processus d'intégration européenne. La construction européenne est fondée sur des principes qui découlent d'une certaine interprétation des expériences historiques des relations entre Etats et nations en Europe.

Il faut se rendre à l'évidence que les intérêts nationaux existent, et continueront d'exister, au même titre que l'intérêt commun européen. Or, l'Union Européenne ne constitue pas la première tentative d'unification du continent européen. La différence entre ce système et tous les autres, pour l'essentiel, c'est le cadre institutionnel et démocratique mis en place par la construction européenne.

Ensuite, pour emporter l'adhésion des citoyens européens, le cadre institutionnel communautaire doit, en priorité, assurer une représentation égalitaire des Etats membres, qui fondent l'identité historique des nations. Il n'y a pas d'intégration politique sans participation souveraine de l'ensemble des entités politiques à intégrer.

Troisièmement, pour paraphraser l'économiste français Jacques Rueff, éminent financier des années 1950, je dirais que « *l'Union politique se fera par le fédéralisme ou ne se fera pas* ». Bien que l'intégration européenne doive être considérée comme une expérience politique sui generis, je m'oppose à la tendance généralisée de vouloir rechercher l'exception européenne quant à la véritable finalité de la construction européenne. La Déclaration Schuman de 1950, avec en filigrane l'esquisse de la méthode Monnet, dressait très clairement la perspective d'une fédération européenne.

Après le traité de Nice, l'Union Européenne a dû se rendre à l'évidence que l'Europe fédérale ne sera pas pour demain. La réforme des institutions conçue à Nice ne comporte aucun élément qui puisse porter à croire en un "*spill-over*" fédérateur. Les institutions ont été réformées sans prise en compte de la dimension "*approfondissement*". Ici, deux explications s'imposent pour nuancer ce constat.

D'une part, le nouveau traité de Nice et la Déclaration de Laeken dressent un calendrier et l'esquisse d'une méthode devant aboutir, si le Conseil Européen en décide ainsi, à l'adoption d'une Constitution pour les citoyens européens.

Ensemble avec l'objectif visant à aboutir à définir une meilleure répartition et une meilleure définition des compétences dans l'Union Européenne, il est certain que la perspective d'une Constitution contient une connotation fortement fédéraliste. La répartition des compétences entre différents niveaux de pouvoirs n'est pas au cœur de la théorie politique du fédéralisme ? Il est certain que l'ensemble des Etats membres ne partage pas cette perspective. Or, je souhaiterais attirer votre attention sur le fait que tous les ensembles fédéraux du monde ont été fondés à cause de la réticence de certains de leurs éléments constitutifs à joindre, dans l'immédiat, l'effort commun des autres.

D'autre part, l'introduction de l'euro découle directement des succès de la méthode Monnet dite des "*petits pas*". L'euro, puissant facteur d'intégration économique, est également un vecteur pour l'intégration politique. Là réside tout le sens du "*spill-over*" fédérateur qui prend acte du lien intrinsèque entre éléments économiques et politiques. La monnaie est après tout l'expression d'une identité commune, à l'intérieur de l'Union et, surtout, vers l'extérieur.

À côté de l'euro, je l'ai dit, il est vraisemblable que l'approfondissement politique de l'Union Européenne au cours de la décennie à venir sera conditionnée par les progrès dans la mise en place d'une véritable politique étrangère européenne assortie d'une dimension "*sécurité-défense*" autonome.

La politique de défense commune connaît de substantiels et réconfortants progrès depuis l'initiative franco-britannique de St. Malo en 1998. L'OTAN restera l'épine dorsale de la défense collective. La Politique européenne commune en matière de sécurité et de défense n'est pas conçue comme une concurrence à l'Alliance atlantique.

Le renforcement de nos liens transatlantiques est d'une importance centrale pour l'union politique de l'Europe et du fédéralisme européen, tel que je le conçois.

L'union politique et le fédéralisme sont des projets de paix, inclusifs et progressifs. Il est évident qu'une identité, qu'elle soit nationale ou européenne, se forme et se consolide plus facilement sous l'impression d'une menace extérieure, fut-elle réelle, mettant en danger la pérennité des intérêts perçus.

Toujours est-il que nous devons nous garder, en Europe, de fonder le développement de notre identité commune sur l'image d'un ennemi potentiel. L'objectif premier de l'intégration européenne est la mise en œuvre d'un projet de paix, non seulement en Europe, mais également au niveau international.

Les Etats-Unis sont à l'origine de la reconstruction européenne. Jean Monnet a fondé bon nombre de ses réflexions sur ses expériences personnelles acquises aux Etats-Unis. Les stratégies américaines pour l'Europe ont toujours témoigné d'un soutien sans faille à l'intégration européenne. Un affaiblissement du soutien américain à la construction européenne

représenterait, à l'heure actuelle, non seulement un grave problème pour la stabilité du système international en tant que tel, mais serait un véritablement danger pour la cohésion interne de l'Union.

C'est pour cette raison que la Politique européenne commune en matière de sécurité et de défense doit être complémentaire à l'OTAN, "*séparée mais non séparable*", selon une formule désormais consacrée.

En aucun cas ne s'agit-il d'opérer une rupture avec notre allié américain, mais plutôt de nous donner les capacités et les moyens en vue de pouvoir partager les responsabilités internationales pour la sécurité internationale sur un pied d'égalité.

Mesdames et Messieurs,

Le succès de la Déclaration Schuman repose surtout sur la perspective d'avenir qu'elle propose, sur le but ultime qu'elle entend réaliser. Robert Schuman ne cachait pas, il y a cinquante ans, la finalité ultime de son projet lorsque, après avoir énoncé les contours de base de la future CECA, il affirmait, et je cite :

"Par la mise en commun de productions de base et l'institution d'une Haute Autorité nouvelle, dont les décisions lieront la France, l'Allemagne et les pays qui y adhéreront, cette proposition réalisera les premières assises concrètes d'une Fédération européenne indispensable à la préservation de la paix". Fin de citation.

Que personne ne se méprenne sur l'esprit fondateur de la CECA, qui ne s'est jamais limitée à une entreprise de nature purement économique. Il est certain que les moyens de parvenir au but fédéral posé par Schuman étaient limités à l'origine.

Le caractère éminemment politique de la Déclaration du 9 mai 1950 ne fait aucun doute.

Schuman ne visait pas un forum industriel, économique, voir financier, il appelait de ses vœux une union politique entre les Etats, les peuples et les nations d'Europe. Jean Monnet, quant à lui, disait que les pères fondateurs ne coalisaient pas des Etats, mais qu'ils unissaient des Hommes.

Car le cœur du processus d'intégration, ce sont les Hommes qui font l'Europe. Or, ici réside un premier enseignement tout à fait personnel des six derniers mois passés à la Convention: la "*phase d'écoute*", d'après les termes de Valéry GISCARD D'ESTAING, a eu comme résultat un rapprochement entre Etats membres et pays candidats. Il existe désormais un esprit commun qui efface les frontières artificielles entre les "*in*" et les "*pré-in*".

Le deuxième enseignement de ces six premiers mois m'amène à affirmer que Robert Schuman avait le sens de la formule lorsqu'il déclarait le 9 mai 1950 : "*L'Europe ne se fera pas d'un coup, ni dans une construction d'ensemble; elle se fera par des réalisations concrètes créant d'abord une solidarité de fait*". En effet, ce qui frappe au bout de ces six derniers mois, c'est le caractère très diversifié des propositions formulées de part et d'autre.

Il est évident qu'au terme de six sessions thématiques, marquées chacune par près de 80 interventions, il apparaît prématuré de vouloir tirer des conclusions opérationnelles quant à d'éventuelles modifications dans les traités. Le "*master plan*", pour reprendre l'expression d'un collègue luxembourgeois, découlera des différentes propositions concrètes émanant des groupes de travail, chargés de déblayer le terrain. J'y reviendrai dans quelques instants.

A partir du constat qu'aucun intervenant n'avait réclamé, lors de la phase d'écoute, une extension significative des compétences de l'Union au-delà de ses compétences-clés, il est néanmoins possible de dessiner d'ores et déjà trois lignes de consensus:

- la question du "*qui fait quoi*" doit être clarifiée;
- les instruments et le langage doivent être simplifiés ;
- l'efficacité et la légitimité démocratique doivent être garanties dans une Union élargie.

La question du "*qui fait quoi*" est étroitement liée à celle des compétences. Dans sa première présentation orale devant le Conseil Européen, en juin dernier à Séville, Valéry GISCARD D'ESTAING a fait part de sa proposition visant à établir deux listes de compétences, reprenant les compétences exclusives de l'Union, respectivement celles réservées aux Etats membres. Il semble important de noter qu'un nombre significatif d'intervenants a réclamé un renforcement des compétences de l'Union en matière de diplomatie et de défense. Cette question particulière a abouti à la création de deux groupes de travail consacrés à l'étude des aspects "*relations extérieures*" et "*défense*".

Par ailleurs faudrait-il noter qu'un autre groupe de travail, consacré à la question de l'attribution de la personnalité juridique à l'Union, proposera de procéder dans ce sens. Il est évident que cette décision aura des répercussions significatives sur les compétences internationales de l'Union, ainsi que sur la question de savoir si l'Union devait adhérer à la Charte Européenne des Droits de l'Homme. Celle-ci fait d'ailleurs l'objet des délibérations d'un groupe de travail sous présidence du Membre de la Commission Européenne en charge de la Justice et des Affaires intérieures, Antonio VITORINO.

La question de la simplification est celle qui est le plus directement liée à la notion d'une Constitution Européenne. Le rapport oral du président s'est limité à Séville à prendre acte du consensus au sein de la Convention sur la nécessité de réduire les instruments d'un nombre actuel de neuf à trois ou quatre. Il faut mentionner également la question de la généralisation de procédure de co-décision à toutes les matières relevant du droit communautaire. Quant à la simplification des traités, elle fait maintenant l'objet d'un groupe de travail spécifique.

Les questions de l'efficacité et de la légitimité démocratique impliquent deux groupes de travail consacrés au rôle des Parlements nationaux et au contrôle de la subsidiarité. Les deux groupes présenteront leurs conclusions au cours des prochaines séances. Il est établi que le groupe de travail chargé d'étudier les possibilités d'améliorer le contrôle de la subsidiarité proposera pour le moins un renforcement des moyens de recours juridictionnels.

Par définition, la phase d'écoute est dédiée au rapprochement des hommes. Les positions et propositions exprimées sont nécessairement partielles. La proposition globale que soumettra la Convention en bout de chemin sera vraisemblablement fort différente de ce que l'on se risquera de déduire à partir des éléments d'aujourd'hui.

En tout état de cause, le résultat global que se propose de définir la Convention dépendra pour beaucoup des délibérations des groupes de travail.

Or, le groupe de travail sur la défense vient de démarrer ses travaux, le 13 septembre dernier, et s'est réuni en une première session de travail consacrée aux capacités il y a deux jours de cela. A ce titre, permettez-moi de saluer le président VAN EEKELEN, qui participe à ce groupe de travail, et a été l'auteur de la première contribution écrite aux travaux. Sur base du mandat établi par le président Michel BARNIER, le groupe se penchera notamment sur six questions:

- un engagement de défense collective doit-il être inscrit dans le traité ou un protocole annexé à celui-ci, éventuellement assorti d'une clause de "*opting in*"?
- identifier des mécanismes permettant d'assurer le respect par les Etats membres de leurs engagements en matière de capacités militaires;
- identifier des formes spécifiques de coopération plus développée entre certains Etats membres;
- la question d'une chaîne de commandement claire en cas de mise en œuvre d'une opération (rapidité et efficacité);
- coordination de la planification des éléments militaires et civils;
- la question de savoir si des formes de coopération en matière d'armements pourraient être inscrits dans le traité.

Mesdames et Messieurs,

[Conclusion]

L'Europe se trouve aujourd'hui aux portes d'une étape cruciale de son histoire. La perspective d'un élargissement de l'Union Européenne à dix nouveaux Etats membres en 2004 rend urgente la réforme d'un cadre institutionnel dessiné en 1958 pour une Communauté Economique Européenne à Six.

L'introduction de la monnaie unique et les interrogations sur l'achèvement de l'Union Economique et Monétaire font quant à elles ressurgir en filigrane les questions de l'union politique et de la finalité de la construction européenne.

Dans le contexte d'un débat public qui perçoit l'Union comme un fossé démocratique à combler, l'approfondissement de l'intégration européenne vers de nouveaux domaines de compétences implique une réflexion de fond sur les questions de la légitimité, la transparence et

les niveaux de représentation des décisions européennes, qui mènent directement aux fondements constitutionnels de l'Union.

Car si le traité de base devrait comporter un “*noyau constitutionnel*”, le futur traité devra aussi être présenté comme un acte émanant des peuples européens. Le traité qui résulterait de la réforme engagée par la Déclaration de Laeken constituera un traité entre Etats membres, soumis, en vertu de l'article 48 TUE, à la ratification par tous les Etats membres conformément à leurs règles constitutionnelles respectives.

Or, la Déclaration de Laeken consacre l'idée fondamentale de l'article 1er TUE selon laquelle l'Union est non seulement une communauté d'Etats, sujets du droit international public, mais aussi une “*union sans cesse plus étroite entre les peuples de l'Europe*”. Le mot “*peuples*” est entendu dans son concept sociologique, au détriment du concept plus politique de la “*nation*”.

Or, conformément à la jurisprudence de la Cour de Justice des Communautés européennes, les traités sur lesquels l'Union est fondée peuvent déjà être considérés comme une “*charte constitutionnelle de base*”. Il ne peut donc être question de considérer la réflexion sur la constitutionnalisation comme une opération partant de zéro, mais comme un exercice de restructuration destiné à mettre en relief les fondements de la construction européenne en réservant une place de premier rang aux valeurs, aux objectifs, au contenu et aux principes des politiques qui la fondent.

Ceux qui avaient espéré trouver dans le traité de Nice la solution concrète aux défis auxquels se trouve confrontée l'Union à la veille de l'élargissement le plus important de son histoire sont certainement restés sur leur faim à la lecture du texte adopté par le Conseil Européen de Laeken. Tel n'était pourtant pas l'objet de la Déclaration de Laeken.

Le but était principalement de poser les termes d'un débat public devant conduire, sur le fondement des paramètres de réflexion arrêtés à Nice, à une réforme en profondeur du fonctionnement de l'Union, destinée à rapprocher celle-ci des citoyens européens. Le chantier de la réforme est désormais ouvert.

Je vous remercie de votre attention.

Prospectivar a política de segurança e defesa

**Dr. António Vitorino, Comissário Europeu
Ex-Presidente do EuroDefense-Portugal**

(Síntese EuroDefense)

Na actualidade a segurança e defesa estão entre os principais temas de debate na Convenção Europeia e estão a gerar um dos mais alargados consensos na Convenção. Há um claro apoio a um maior papel da Europa no plano internacional, mas, como de costume, “*o diabo está nos detalhes*”.

Talvez isto seja surpreendente, uma vez que a seguir à queda do Muro de Berlim os temas da segurança e defesa perderam importância, interesse e mesmo, o seu peso político e orçamental nos Estados Membros. No entanto, dois factores recentes concentraram a opinião das opiniões públicas na segurança e defesa. O primeiro factor foi a crise nos Balcãs e a guerra no Kosovo, que mostraram às gerações europeias mais jovens que a guerra podia ter lugar no seu continente, e os conflitos étnicos e religiosos que ali tiveram lugar tinham influência directa na estabilidade e segurança de todos os países europeus. O segundo factor são os ataques do 11 de Setembro; a Europa tem de decidir se pretende tomar em mãos a sua parte no desafio que é a construção de uma ordem internacional baseada nos valores da estabilidade e da paz, mas ao mesmo tempo, da segurança e da luta activa contra esta nova ameaça há paz, segurança e estabilidade.

A metodologia que está na base da criação da Política Europeia de Segurança e Defesa deve ser diferente da Comunidade Europeia de Defesa de 1954. Em vez de construir uma superestrutura política, os países europeus deverão preocupar-se em edificar um conjunto de capacidades militares idênticas.

O primeiro requisito é o realismo dos objectivos como disse o Presidente Santer, a Europa da Defesa deve ser criada passo a passo. Nesse sentido devemos responder com realismo aos objectivos acordados, sem afirmar a Defesa Europeia como uma alternativa ou um substituto para a NATO. O projecto europeu deve ser complementar com o projecto da Aliança Atlântica.

O segundo objectivo é procurar evitar que a Convenção esconda as insuficiências e lacunas do processo da Segurança e Defesa Europeia. Não nos devemos esquecer que, com razão, os Estados Membros tendem a reafirmar a natureza puramente intergovernamental da Política Europeia de Defesa, excluindo as instituições comunitárias, e consequentemente o orçamento comunitário de qualquer participação na definição da Política de Defesa. O terceiro requisito é um Conceito Estratégico, articulado com a Política Externa Europeia.

Os cidadãos europeus querem que a União desempenhe um papel mais activo na sua própria segurança interna e externa. Gostaria de concluir a minha intervenção explicando o contributo da Comissão Europeia para este debate em Maio passado; necessitamos de definir

nos domínios da Política Externa e Segurança Comum, diferentes graus de integração, agrupando, no entanto, as suas diversas partes numa estrutura institucional única. A abolição da estrutura de pilares não significa que todas as políticas deverão ser conduzidas pelas instituições comunitárias. Nós, a Comissão, propomos que a defesa continue basicamente intergovernamental, dentro das responsabilidades do Alto Representante para a Política Externa e Segurança Comum.

O Tratado da União Europeia deve sublinhar a ideia de que o projecto europeu de segurança e defesa é compatível com a pertença à Organização do Tratado do Atlântico Norte. Deve ser assegurado um controlo parlamentar eficiente sobre a Política Externa e Segurança Comum. A defesa colectiva deve também ser protagonizada por uma coligação dos que nela estão efectivamente empenhados; isso iria permitir à União respeitar a neutralidade histórica de alguns dos seus membros, não colocando entraves aos Estados que querem assumir o compromisso da Defesa Comum Europeia.

A Excelência Militar no século XXI

Alm. Sir Peter Abbott

Ex-CINCFLEET (Comdante-Chefe da
Esquadra do Reino Unido)

(Síntese EuroDefense)

A excelência militar é como a beleza; difícil de definir mas, absolutamente, aparente para qualquer pessoa, quando observada. O que é a excelência militar? Trata-se da habilidade de, pelo menos, ser capaz de vencer o adversário ou, preferivelmente, ser capaz de dominar por completo qualquer adversário.

Uma das coisas que aprendi nos últimos anos da minha carreira é que uma qualidade rara num General ou num Almirante de sucesso, é a capacidade de observar as coisas que não correm bem no campo de batalha ou ser capaz de ver onde estão as oportunidades. Nos verdadeiros combates torna-se preciso ter a capacidade de tomar a iniciativa de modificar o plano desenvolvido em primeiro lugar. Muitos de nós fomos criados durante a Guerra Fria, daí que necessitemos de parar e pensar: será que as lições retiradas da Guerra Fria aplicam-se ao campo de batalha em que nos encontramos actualmente? Naquela época a Organização do Tratado Atlântico Norte e o Ocidente passaram muito tempo a definir a dissuasão ou a assegurar que a sua dissuasão funcionava, desenvolvendo o conceito de Destruição Mútua Assegurada, de resposta flexível e, produzindo um *background* de alta tecnologia.. De facto, não combatemos nenhuma batalha. Não interessa se o armamento levava tempo a ficar operacional, porque as vidas não estavam em risco.

Penso que a queda do Muro de Berlim não foi uma simples derrota. Penso que foi uma derrota esmagadora e, por isso, em 1989 pode-se afirmar que a excelência militar da Organização do Tratado Atlântico Norte foi bem desenvolvida; ela proporcionou uma grande vitória e ela tem sido extremamente benéfica para todos nós no Ocidente.

Olhemos para o que tem acontecido desde 1989 e, então depois, é que podemos estabelecer que tipo de excelência militar será necessária em 2002. Desde 1989 que a estratégia de dissuasão parece não funcionar. Parece que não temos sucesso a dissuadir os outros de fazer mal ao mundo, quer em termos da nossa própria subsistência, quer em termos da nossa população civil. As guerras que travamos actualmente, não são domésticas nem envolvem o público em geral. As nossas forças armadas enfrentam novos desafios: projectar poder a longo alcance é muito diferente de defender a fronteira alemã em 1988.

Parece-me que em redor das nossas fronteiras existe uma terrível instabilidade, devido às discrepâncias na distribuição de riqueza. Precisamos de uma estratégia que enfrente este desequilíbrio, porque se não a tivermos, então a excelência militar não terá grande utilidade. Trata-se de uma problemática tão complexa que levará décadas a ser resolvida.

A componente militar necessária no século XXI começa com a re-invenção do conceito de dissuasão, não aquele que é usado para se reportar à Guerra Fria, mas um que descreva a reacção dos outros que me pretendem atingir, mas que sabem que a retribuição irá atingi-los antes e depois de me atacarem. Esta é a essência da dissuasão, isto é o que evita que as pessoas de tenham comportamentos desviantes, se compreenderem que não vão tirar daí quaisquer vantagens.

Ser económico é importante, especialmente, em termos humanos. A excelência militar no século XXI requer nota “20” na liderança militar; requer tropas profissionalizadas na força que comanda. Requer a mais elevada preparação que pode ser dada, com bom equipamento e, acima de tudo, essas tropas devem estar motivadas e devem de acreditar no que fazem.

Mas, voltando à minha definição: o que é a excelência militar? A capacidade de dominar por completo o adversário. Não apenas vencer. Quanto maior for essa capacidade, maior será a dissuasão que obteremos e menos teremos que utilizar esta força, especialmente se tivermos em conta os aspectos políticos e económicos e trouxermos a esperança e as oportunidades a todos os que não as têm.

Penso que a excelência militar em 2002 depende de profissionais motivados e bem comandados. Em democracia eles necessitam do apoio total da opinião pública. Eles precisam de estar orgulhosos do que fazem. Os cidadãos precisam de acreditar na sua excelência. Se qualquer um destes aspectos faltar, então, a excelência militar que estamos a tentar alcançar para dominarmos por completo o campo de batalha e a consequente dissuasão, não será conseguida.

Como é que nós na Europa conseguimos sensibilizar a opinião pública para a sua responsabilidade na sua própria segurança? Como é que conseguimos chamar a atenção para este terrível desequilíbrio em termos de distribuição de riqueza, que está no cerne da nossa insegurança e como é que podemos criar a excelência militar que reforça a nossa segurança?

What Prospects for European Defence?

Brig. Gen. Giovanni MARIZZA
EuroDefense-Italy

*(in the framework of the meeting organised by
EuroDefense on “ESDP: identifying the milestones”)*

1. Half a Century ago: a step away from success

Today, a common foreign, security and defence policy seems very far away. Yet, in the early Fifties, Europe found itself a step away from military integration and that fact is worth recalling before we seek to “identify the future milestones” as stated in the title of our meeting.

What brought Europe close to military integration was the idea of establishing a European Defence Community; the initiative, however, was unsuccessful owing to the diverging objectives of the individual European countries. The European Defence Community was born (and died) at France’s behest, not out of its concern for Europe but exclusively to safeguard its national interests.

In fact, at that time, the French were worried about the weight Germany would gain if the United States allowed it to rearm. NATO was only one year old when, in September 1950, the USA submitted to the North Atlantic Council the ACHESON Plan conceived to establish a NATO-led European army with German participation.

Italy reacted to the Plan with mixed feelings: at the end of the meeting, Foreign Affairs Minister, Mr. SFORZA, wired enthusiastically to Prime Minister DE GASPERI: “*The ACHESON Plan should be supported because it tacitly creates a Europe*”. DE GASPERI wired back: “*I do not share your optimism; the ACHESON Plan strengthens NATO rather than creating Europe*”.

The French for their part were worried about the prospect of German rearmament and of a Germany which was being put on the same footing as other European countries and, as a countermove, they produced the PLEVEN Plan, which was structured around three main points:

- A French-led European Army with participation of German contingents (which meant a German military echelon under a non-German integrated Staff);
- A common Defence Minister who, in point of fact by exclusion could only be French: indeed, he could neither be Italian because Italy was looked on as a defeated country, nor German because Germany was not a sovereign State (at that time, Foreign Affairs and Defence were run by the Allies); finally, BENELUX was also ruled out on account of the lack of weight of Belgium, the Netherlands and Luxembourg in terms of territorial extent and demography;

- A common budget (this was the real keystone of the Plan because it made it possible to control German military expenditure).

In the course of the negotiations on the PLEVEN Plan, which, as I already said, provided for a common Defence Minister but not a common government, DE GASPERI was a leading proponent of the idea of a European Government, which would have amounted to a further qualitative leap. If the proposal were accepted, it would have been the highest expression of a European political and military identity (higher than the current European Commission in which the word “European” is only a label as the Commission is the expression of many individual governments). The French rejected the proposal as it implied Germany’s parity with the other European members.

And so, the European Defence Community, hostage to a partisan and biased vision, failed to achieve its goal: France was not concerned (yet) about Europe, but rather, it was concerned with its own security. France, not unsurprisingly, found it hard to forget it had been invaded by Germany in 1870, 1914 and 1940, nor could it put up with a joke that was very popular in Britain in those days:

“Do you know why there are so many tree-lined roads in France?”

“So, German troops can march in the shade!”

Indeed, when France signed the CED Treaty in 1952, it was perfectly aware that its National Assembly would never ratify it because:

- the Left, indoctrinated by the Soviet Communist Party, was against it (indeed, the USSR feared the CED more than NATO, as it perceived NATO as the mere sum of national armies, whereas the CED would have been a single integrated European army);
- the Right was against it because the prospect of German rearmament would have meant that the efforts to fight Nazism had been useless.

As a result, the CED Treaty was not even discussed by the National Assembly; it was simply dropped as inconsistent with France’s foreign policy.

That was the end, in 1954, of what we are still striving for in 2002. I’m saying this with some regret but no complaint: evidently, the time was not ripe for that move and every country was within their rights to act as they did.

2. A Long Absence

In the post-second World War period, the bipolar confrontation did not favour the unity of the Continent; indeed, we Europeans were split between supporters of the West and supporters of the East, thus the forging of our own joint history was overlooked. This contributed towards a reduction of Europe’s importance and image in the world and gradually led to a decrease in its weight in virtually every respect.

The decisions on the important international policy issues were being made by the White House and the Kremlin, while Europe was sidelined and unable to develop its own policy.

Whenever Europe tried to get involved in international policy issues, it only cut a very sorry figure, as demonstrated in 1956 when the US forced France and the United Kingdom to give up the SUEZ enterprise. The US did this apparently to counter colonialist stances, and, at any rate, to bring home to Europe that it just didn't count.

Or, as in 1983 during the Falklands/Malvinas war, when the European nations took sides, some with Britain, others with Argentina and some UE nations refused to implement the sanctions imposed by the European Community on Argentina. Obviously, every country was within their rights to pursue their own policy in that instance too; but it is equally true that Europe again cut a sorry figure.

3. The Rediscovery of Multinationality

Even after the collapse of the BERLIN Wall, it took a ten-year struggle for Europe to find its own identity. As a matter of fact, at the time of the conflicts that ravaged the former Yugoslavia it looked like we had turned back to the politico-diplomatic situation prevailing in the period before World War One. When countries sided with or against the Serbs and the supporters of Slovenia's and Croatia's independence stood against the champions of a united Yugoslavia.

The collapse of the BERLIN Wall also produced something new: the more or less conscious effort to build Europe from "bottom-up" since no one had succeeded in "top-down".

From the interesting initiatives that resulted from this "bottom-up" approach, a trend emerged towards some form of aggregation of entities that were divided by artificial frontiers.

Some examples are the creation of "Euroregions" or "Cross-border regions", economic-commercial and cultural aggregates such as the "Comunità Alpe-Adria", the "Euregio Tirol" and various similar bi- or tri- or quadrilateral initiatives involving countries across the former Iron Curtain. Ten or so Euroregions have been developed so far involving Germany and Poland, Poland and the Czech Republic, Slovakia, Hungary and Ukraine.

More importantly, we have witnessed the establishment of a lot of Multinational Military Forces, at different levels of "jointness" and "combinedness", and of various sizes (from Battalion-size units up to Army Corps).

This development is becoming increasingly important in the landscape of European security and defence and will benefit the nations involved in terms of training, interaction, mutual understanding, interoperability and improved professional skills of cadres.

There are three main reasons for this significant trend:

- first, at the end of any war it is normal, dare I say “physiological”, to reduce military forces and defence budgets; as was the case at the end of the Cold War (although, with hindsight, we may question that policy). As a consequence, countries were forced to put together their increasingly scarce assets (for instance, the Benelux Countries unified their three Air Forces, the Baltic Countries unified their three Navies and established a Baltic PK Battalion and the Scandinavian Countries established a Nordic PK Battalion);
- second, the countries of the opposing blocs were willing to resume ties, which had been artificially severed long ago by the bipolar confrontation (for instance, the German/Polish, Italian/Slovenian/Hungarian, Austrian/Czech combined units);
- third, the need had arisen to undergo reform in order to get ready to join the Euro-Atlantic security structures. At the end of the Cold War, almost all the former Warsaw Pact Countries lined up to join the Atlantic Alliance and the European Community. One of the requirements for NATO membership is to have neither disputes nor territorial claims with bordering Countries. What better way to prove the absence of disputes more effectively than by establishing a mixed unit? (clear examples are the mixed units established by Rumania with bordering Countries: the Rumanian/Hungarian, Rumanian/Ukrainian, Rumanian/Polish, Rumanian/Moldavian and Rumanian/Bulgarian Battalions). Therefore, dozens of Multinational Forces (today, there are about sixty Multinational Forces in Europe) have been established in a haphazard and uncoordinated way, without a clear and concerted plan.

4. The Shyness of the European Union

In the meantime, the European Union tried to get rid of its reputation as “an economic giant and a political dwarf” by pursuing a common foreign and security policy. However, when it came to write down the features of the CFSP it could do no better than produce that masterpiece of ambiguity that is the 1997 AMSTERDAM Treaty. Article V of that document states that *“the common foreign and security policy covers all the UE security issues, including the progressive definition of a common defence policy, which might lead to common defence if the European Council should so decide”*.

With this masterpiece of ambiguity, the European Institutions abdicated responsibility to a body (the Council) that is not an Institution. The message conveyed to the European Countries was clear: building a European defence is so complicated that those who prefer to solve their defence and security problems through NATO are free, and even encouraged, to do so.

However, since 18 October 1999 there has been some change for the better. Indeed, that day might be remembered as a milestone for European security, since on that date the High Representative for the Common Foreign and Security Policy of the European Union, nicknamed “Monsieur PESC”, took office in Brussels. The outstanding political and moral qualities as well as the wide and deep professional capabilities of Mr. Javier SOLANA,

former Secretary General of NATO, are a good omen for the future of European defence. At this point, Henry KISSINGER can no longer wonder: *“But when I need to talk with Europe, what number shall I dial?”*

Today, after all, it is very clear “who” is the telephone number of Europe.

The European Security and Defence Policy (ESDP) of the European Union produced a number of initiatives whose purpose, in military terms, was to provide the European Union with a Rapid Reaction Force.

At the HELSINKI European Council of December 1999, the UE agreed to develop an independent decision-making capability and to undertake and conduct European-led military operations in response to international crises, should NATO decide not to intervene. The final goal is to carry out the full range of the so-called “PETERSBERG missions” (humanitarian aid, search and rescue, evacuation of non-combatants, peace support and crisis management). To do this a force will be established, within 2003, of 15 brigades and 50,000-60,000 men, which will be capable of being deployed within 60 days and operating for at least one year. This initiative is known as the HELSINKI Headline Goal.

To this ambitious initiative Italy has contributed commands and forces commensurate with its capabilities, which in order to avoid duplication of assets, largely coincide with those made available to NATO.

As regards the land component, the national contribution amounts to about 20,000 men (which enable us to have a continuous presence of 12,000 men on the field), to which we must add the troops and crews of naval and air units.

The gap between the forces/capabilities made available by Member States and those planned in order to reach the HELSINKI final goal is still being assessed. A Capabilities Improvement Conference was held in November 2001 in order to identify the criteria to fill the most glaring shortcomings; namely, command and control, intelligence and strategic transport.

The main issue – currently under consideration by the Greek presidency (as is well known, Denmark chose not to deal with defence issues) is basically the so-called “BERLIN plus”. This is a process which will make available NATO structures and assets, defined as “separable but not separate”, to UE led operations within the so-called PETERSBERG missions.

At this point Turkey comes into play: after enduring twenty years of obstruction to its aspiration to achieve European membership, it is now hindering the automatic access of the UE to NATO assets by its own obstruction. In other words, the position of ANKARA may be summarised as follows: “Since the potential areas of crisis are near the Turkish border, Europe cannot do without Turkey. Europe has always excluded ANKARA from any political and economic matter, but when security issues are at stake, Turkey is the 16th UE Member Country!”

5. A Recipe for the Future

The situation, which is certainly a complicated one, appears to have no way out and it is difficult to “identify the milestones” of European Defence, as the title of our seminar would dictate.

The European chain of command was activated in the year 2000, to include:

- at the top, the Political Security Committee (PSC), made up of the permanent representatives of the 15 Countries that has modelled itself on the North Atlantic Council;
- its subordinate Military Committee of the European Union (EUMC) composed of the 15 Defence Chiefs of Staff (like the NATO Military Committee);
- the European Union Military Staff (EUMS), functionally subordinate to the EUMC (it mirrors the functions of the NATO International Military Staff).

The fact is that while the chain of command exists and is viable, there is no one to execute its orders for lack of “BERLIN plus” or, if you like, for lack of assets.

Yet, a solution is near to hand: the multinational forces I mentioned before are the answer.

If we need a Brigade to manage an operation like “Amber Fox” in Macedonia, then we can choose the assets that serve our purpose among the various existing multinational forces, for example:

- the “Multinational Land Force” (MLF), an Italian-Slovenian-Hungarian trinational brigade;
- or the CENCOOP, made up of forces provided by Austria, the Czech Republic, Hungary, Slovakia, Slovenia and Switzerland;
- or the “Multinational Peace Force South-eastern Europe” composed of forces from Italy, Greece, Turkey, Romania, Bulgaria, Albania and Macedonia;
- or the most recent Czech-Slovak-Polish Brigade, and so on...

If we prefer instead to deploy units from the UE countries alone, we do have choices, to start with the French-German Brigade.

If instead we need a Division for an “Alba”-type operation (Albania, 1997, when none of the international organisations were able to manage the crisis and Italy had to lead a coalition of the willing) or one as the current operation in Kosovo? Then, Eurofor is already in place with its 4 Brigades provided by Portugal, France, Spain and Italy.

Or should we need an Army Corps for an operation similar to that in Bosnia-Herzegovina, then the German-Danish-Polish Corps in STETTIN seems to have been formed for this purpose. However, if should you object that Denmark is still “opting out” and that Poland is not yet a UE member, we still have available the German-Dutch Army Corps at

MUENSTER, the Eurocorps at STRASBOURG (with its 4 Divisions provided by Belgium, France, Spain and Germany and the already-mentioned French-German Brigade).

Besides, if we consider the size of the above-mentioned formations, that is to say the Eurocorps, the German-Dutch Army Corps and the German-Danish-Polish Army Corps, the Eurofor Division and the four MLF, CENCOOP, SEEBRIG and Czech-Slovak-Polish Brigades, we will realise that the number of Brigades involved is more than twice that of the required 15 Brigades identified in the Headline Goal. And so, as you can see, we are not short of forces.

Moreover, their use would not prevent us from carrying out concurrent operations under the aegis of NATO; in fact, I have not mentioned here national and multinational forces which are earmarked for NATO: they are other forces and equally operational (suffice it to mention the ACE Rapid Reaction Corps, the 10 division-strong ARRC Headquarters at RHEINDALEN, Germany).

To conclude, Europe has both the ability and the resources. To make them operational, it is sufficient to rally what has not been employed yet and by that I mean good will and a bit of courage. This reminds me of the courage shown by the Belgian Prime Minister VERHOFSTADT a couple of months ago when he wrote to Tony BLAIR and Jacques CHIRAC urging them to revitalise the European defence capabilities through a set of five proposals or, if you like, a string of provocative suggestions:

- to promptly join in a peace support operation without waiting for the “BERLIN plus”; the operation, which has already been mounted, is “Amber Fox” in Macedonia whose leadership NATO intends to give-up soon;
- to establish a single European Command to which all existing multinational forces would be subordinated;
- to establish a European armaments agency supported by a new collective founding machinery;
- to restructure the European armed forces in accordance with convergence criteria;
- to give concrete substance to the solidarity among the European Union’s member countries (15 today, maybe twice that number in the future) by adopting mutual and collective principles to be embodied in the new constitutional treaty of the Union;

I will not discuss the merits of the legitimacy or relevance of those proposals nor their chances for success. It should be pointed out, however, that it is no coincidence that the first proposal in the list is “We need an operation” on which we definitely agree. This requirement does not mean that we must invent a crisis no matter what and does not reflect the thinking of some 60 years ago, when they used to say “We need a war” so that a few hundred dead is sufficient reason to gather around the negotiating table. In the cry “We need an operation” I rather see the enthusiasm and confidence in the future behind KENNEDY’s words “Ich bin ein Berliner” or behind Martin Luther KING’s “I have a dream”.

An operation (and Macedonia would be a very useful test case and an opportunity we should not miss) would serve to demonstrate to ourselves, and others, that we have the ability to act. In addition it would allow us to identify what assets we still need if we are to act effectively and efficiently. The important, as Mr. SOLANA said, is to have the courage to “jump into the water!”

As soon as we give Europe – and ourselves – this opportunity, we will take an important step forward. However, this should not be a reason for too much rejoicing since we will only have taken another step towards the opportunity that was within our reach 50 years ago and that we missed: namely the European Defence Community.

Sobre um Conceito Estratégico da UE: Algumas Questões-Chave

TGen. Abel Cabral Couto
Ex-Director do IDN
EuroDefense-Portugal

1. A razão de ser da UE é a criação de um espaço pacífico, de liberdade e prosperara os seus membros. Para o efeito, esse espaço deve ser democrático, seguro e solidário.

No âmbito da PESC e da PESD, a primeira questão - chave que se coloca é a seguinte: qual a dimensão geopolítica com que se encara a UE, isto é, qual a postura desta perante o mundo?

Podem detectar-se três concepções fundamentais:

- a dos que encaram a UE num quadro estritamente europeu, como uma pequena potência regional, essencialmente preocupada com os seus problemas internos e, no campo da segurança e defesa, com o espaço geográfico vizinho e próximo;
- a dos que concebem a UE numa perspectiva mais vasta, de ordem civilizacional, num quadro euro-atlântico, em que o destino da UE estaria indissoluvelmente ligado ao do chamado “Ocidente” ou “Civilização Ocidental”, de que foi mater;
- a dos que projectam a UE à escala mundial, com capacidade de intervenção, inclusive pela força, em todas as regiões em que possam ser afectados interesses comuns dos membros, o que equivale à concepção de uma UE super potência, com interesses, responsabilidades de segurança e defesa e capacidade de intervenção à escala mundial.

2. Daqui decorre, naturalmente uma segunda questão-chave: qual deverá ser a dimensão estratégica, em especial a capacidade militar da UE?

À 1ª das concepções políticas referidas corresponde uma UE essencialmente voltada para a sua segurança interna, apelando a medidas e capacidades sobretudo nos domínios judicial e policial e, no plano militar, com capacidade de intervenção autónoma em conflitos de baixa intensidade, em espaços vizinhos ou próximos, no quadro ou não das chamadas operações de paz., ou em operações de segurança interna que excedam a capacidade das forças policiais. É o que se reflecte nas “missões de Petersberg” Refira-se que a capacidade militar exigida por estas “missões” não satisfaz uma verdadeira política autónoma de defesa, dado que, por exemplo, não confere capacidade no domínio, sensível, da contra-proliferação e é de alcance limitado em termos de projecção de poder.

A 2ª concepção exprime-se através da NATO e reflecte-se na visão da UE como seu pilar europeu, sobrepondo-se aos países que a constituem. Se esta concepção fosse assumida de modo coerente, tal permitiria: manter e reforçar a NATO; satisfazer e alargar as capacidades inerentes à 1ª concepção; e atenuar ou eliminar o gravíssimo problema que, em consequência da “décalage” tecnológica, se coloca actualmente, do ponto de vista operacional, à maioria dos países da NATO. As suas F.Arm (com a excepção, em certas áreas, de 2 a 4 países) não

podem fazer interface ou operar lado a lado com as dos EUA. Caricaturando um pouco, dir-se-á que a maior parte das FArm dos países europeus tendem, em relação às dos EUA, para uma capacidade e um papel estratégico análogos aos da Aliança do Norte no Afeganistão: aptas para eventuais operações de cerco ou para servirem de “furões”, no terreno, habilitando os EUA a atacarem do ar, se possível sem baixas...

A 3ª concepção implicaria um esforço de armamento, inclusive no domínio nuclear, que se afigura inaceitável pelas opiniões públicas além de que, precisamente pela questão nuclear, exigiria uma Europa Federal que não parece viável num prazo aceitável. Por outro lado, acarretaria o desaparecimento da NATO, dado que entre superpotências as alianças só podem ser conjunturais.

3. Como as políticas de segurança e de defesa estão intrinsecamente ligadas à política externa e esta se desenvolve entre espaços políticos, podem ser colocadas as seguintes 5 questões – chave adicionais, à luz do espaço envolvente da UE:
- A prazo, quais os limites geográficos da UE?
 - Como consolidar a estabilização na frente Leste?
 - Como gerir a instabilidade da frente a Sul?
 - Como preservar a ligação euro – atlântica, a Oeste?
 - Como assegurar a coesão da própria UE e fortalecer a capacidade estratégica do seu espaço?

Afloraremos apenas alguns aspectos de tão vasta problemática.

O próximo alargamento da UE estende a sua fronteira a uma região sensível da Federação Russa e à Ucrânia. Pôr-se-á então, com crueza, a concepção da “Europa até aos Urais” ou da “Casa comum europeia”, que seduz sectores intelectuais europeus, mas que conta com forte oposição dos EUA e que, se concretizada, se traduziria numa inversão das alianças. Qual a atitude em relação aos dois espaços? Quanto à Ucrânia, deverá ser seguida a mesma atitude que for adoptada em relação à Rússia? A NATO diferencia os dois espaços. A Sul coloca-se a questão da Turquia. A potencial adesão desta dever-se-á ao facto de ser “Europa” ou de ser NATO”? Quais os limites da Europa? O Mediterrâneo é, hoje em dia, um “mar” ou uma sucessão de “lagos”? Não se pode pensar, coerentemente, em termos estratégicos sem uma clara percepção do “eu” e do “outro”.

Os esforços dos EUA, da UE, da NATO e, numa base bilateral, dos principais países europeus contribuíram decisivamente para a superação da crise política, económica, social e militar que sobreveio na vasta área do ex-Pacto de Varsóvia após a queda do Muro de Berlim. As preocupações residuais existentes situam-se, no médio prazo, no campo da segurança nuclear, das migrações, do crime organizado, da protecção dos direitos das minorias, etc., e sobre a forma como a Rússia lidará com os problemas que enfrenta na Chechénia, Geórgia, etc. A NATO foi ágil e determinada ao alargar-se e retirar os principais

ex-países de Leste da situação de “bidonville” estratégico em que se encontravam, deixando a porta aberta a novas adesões; o próximo alargamento da UE (e a esperança oferecida aos países que fiquem em lista de espera) consolidará, em bases mais seguras, esta estabilização, com consequências benéficas para a segurança e capacidade de defesa da UE, embora com custos no campo da coesão, pela acrescida disputa quanto a fundos, quotas, contribuições, etc. Por outro lado, o centro geopolítico da UE deslocar-se-á mais para leste, alterando-se sensivelmente a matriz inicial, com potenciais consequências de vária ordem, a prazo, e que poderão afectar o futuro da UE. É na frente Sul que se situam as principais questões, no campo da segurança e defesa. Além dos conhecidos problemas no âmbito da segurança não-militar. (migrações, tráfico de armas e droga, algumas redes de terrorismo, etc.), releva-se que:

- Nos Balcãs a situação está longe da estabilidade. O conceito de “Jugoslávia” é, na apreçoado objectivo da reconstituição do primitivo mosaico étnico, em liberdade, continua por concretizar, em especial na Krajina e no Kosovo. Ora vai verificar-se um prática, quase uma ficção; as tensões étnicas não estão superadas e, em consequência, o significativo desempenho de forças americanas na região, criando um vazio que terá de ser preenchido pela UE. A eventual conjugação da retirada parcial americana com movimentos provocatórios de retorno de deslocados ou com o recrudescimento de tendências secessionistas na Macedónia e/ou no Montenegro pode tornar a situação de novo explosiva e, provavelmente, sem solução no quadro da NATO.
- A Turquia oscila entre a atracção europeia e a asiático-muçulmana e pode ver recrudescer o problema kurdo, no caso de um ataque dos EUA ao Iraque. Em contrapartida, a criação de condições à adesão de Chipre à UE incluirá, certamente, a prévia resolução do seu problema interno, o que diminuirá a tensão greco-turca.
- O conflito israelo-árabe continua sem solução consistente a médio prazo, mesmo que sejam resolvidos os problemas postos pelo actual regime iraquiano. O conflito vem colocando a UE em situações ambíguas e reveladoras de impotência, ao mesmo tempo que divide governos e opiniões públicas.
- O Iraque é fonte de conhecidas preocupações e as diferentes percepções quanto à forma de resolver os problemas põem a nu divergências entre membros da UE, bem como a precariedade da PESC, e abrem brechas e suspensões entre os EUA e alguns dos seus aliados europeus. O eventual derrube, pela força, do actual regime iraquiano exigirá, seguidamente, um enorme esforço de estabilização numa região muito sensível, o qual apelará a uma forte contribuição europeia.
- A margem sul do Mediterrâneo Oriental, até ao Golfo, é alfobre de vários movimentos que privilegiam o terrorismo como forma de actuação e alimenta, de modo significativo, o terrorismo internacional, com homens e recursos.
- No extremo ocidental, a tensão entre a Espanha e Marrocos pode ter desenvolvimentos que porão à prova a coesão da UE.

- Alguns Estados da região têm-se mostrado atraídos para a posse de armas / agentes de destruição maciça.
- A definição de uma política externa comum ,relativamente aos Estados ribeirinhos a sul, mesmo visando o objectivo limitado da contribuição para a estabilidade económico-social da zona, defronta-se com divergências de interesses e de prioridades e não mobiliza de igual forma os membros da UE.

Em virtude, entre outras causas, da evolução geopolítica e estratégica, de diferentes percepções da realidade internacional e quanto à forma como a mesma deve ser gerida, da assimetria nas relações de poder, de margens para recriminações e suspensões baseadas em situações passadas, vêm-se acentuando as tensões no seio da Aliança Atlântica, temporariamente atenuadas quando dos acontecimentos de 11 Set 01. E como os vários países europeus valorizam de forma diferente as suas relações com os EUA, aquelas tensões afectam também a coesão no seio da UE.

Por outro lado, mesmo subsistindo a NATO, cada vez mais, devido ao atraso tecnológico, o grosso dos países europeus deixa de ser, em termos puramente militares, um aliado útil dos EUA, capaz de fazer ouvir a sua voz. O falado pilar europeu apresenta-se pouco sólido. Como nenhum membro europeu pôs ainda em causa a existência da NATO, seria, no mínimo, desejável um esforço de “limitação de danos”, que não terá de partir, obrigatoriamente, dos EUA.

E como fortalecer a capacidade estratégica da UE, de modo a poder afirmar-se e a influenciar favoravelmente a marcha dos acontecimentos que a podem afectar? A dificuldade de uma resposta resulta, paradoxalmente, de duas vitórias ou sucessos: a dos esforços no sentido de uma união de povos e países europeus e a vitória na guerra-fria. A UE pacificou a Europa, garantindo-lhe a paz interna. Com a eventual excepção do terrorismo de um certo grau, as ameaças no seio da UE não exigem resposta militar, mas sim de natureza jurídica, policial ou económico-social. Por outro lado, a vitória na guerra - fria eliminou, aparentemente, a ameaça externa de natureza militar. A antiga ameaça – premente, grave e evidente – foi substituída por um conjunto de ameaças difusas, por vezes de difícil caracterização e avaliação, ou mesmo comprovação, que não sensibilizam as opiniões públicas e são rejeitadas por muitos sectores. Tal situação conduz à redução dos orçamentos militares e reforça as visões de um mundo idílico, naturalmente pacífico e onde as manifestações de conflitualidade violenta são vistas como radicadas apenas em causas económico-sociais ou em preconceitos culturais próprios da pré-modernidade. Além disso, quanto às potenciais ameaças militares em áreas relativamente próximas e capazes de, directa ou indirectamente, afectarem a segurança ou o bem-estar europeus, a percepção dominante, reforçada por análises de intelectuais e declarações de políticos tidos por responsáveis, é de que se essa ameaça pode afectar a Europa com mais forte razão incidirá sobre os EUA, vistos, como num espelho, como o “espírito do mal” pelo mundo oposto. E assim os EUA, como superpotência remanescente, serão os primeiros interessados em

resolver o problema. Em consequência, na Europa, vastos sectores políticos e das opiniões públicas sentem-se na situação privilegiada de uma “segurança a muito baixo custo”. Na UE não seria necessário um poder militar significativo, já que aquele, ou seria inútil, ou seria suprido pelos EUA.

4. Mas a sobrevivência, dos povos como das pessoas, assenta num esforço e lutas permanentes; a paz, a liberdade, a segurança, o bem-estar não são dádivas ou bens naturais, mas conquistas, alcançadas com custos materiais e humanos elevados e que precisam de ser protegidas ou defendidas. Por outro lado, no mundo dos interesses (políticos, económicos, sociais, etc.), – e parafraseando o título das crónicas de um conhecido economista português – “não há almoços grátis” e quem julga que nada precisa de ser defendido pela força não pode pretender ser senhor do seu destino.

Com frequência o projecto europeu é apontado como necessário a um novo e salutar equilíbrio de poderes, para reduzir os aspectos negativos da hegemonia de uma única superpotência. Mas a realidade é muito diferente: ao progresso da UE nos domínios político ou económico não tem correspondido qualquer real aumento de poder estratégico. Ano após ano tem aumentado o desnível político-estratégico entre a Europa e os EUA. Consequentemente, com frequência a grandiloquência do verbo aponta, quanto à questão-chave inicial, à 3ª opção, enquanto que, no campo dos factos, se fica em dificuldades para satisfazer a 1ª opção.

É certo que é preciso ser-se optimista, sem o que não haverá acção positiva: só se age se houver a esperança de se atingir o objectivo visado. Mas é preciso, também, ser realista, sem o que a descida à terra pode ser fatal. Sem uma verdadeira vontade política de inversão das tendências que há anos impendem sobre os orçamentos da defesa (atenuadas no caso do UK e, recentemente, da França), a UE poderá ser um gigante económico, mas não poderá passar de um anão político-estratégico. E, sem aquela inversão, aumentarão as probabilidades de as suas personalidades emblemáticas ficarem à porta, nos corredores do poder, como aconteceu recentemente em Israel.

Abel C. Couto
TGen Ref

Force-Capabilities and Lacunas

**Rear-Admiral (R) Jörk Reschke,
President, EuroDefense-Deutschland**

Introduction

An exciting new hobby of Children and adults in Euroland is collecting the new Euro and Eurocent coins from 12 EU member states. So, one can, for instance, admire the Irish Harp in Paris, Berlin or here in Lisboa and use it as domestic cash. This observation demonstrates an impressive functioning part of European integration.

If you study, however, the report of a Colloquium held by the Assembly of the WEU early this year on the topic “Equipping our forces for Europe’s security and defence-priorities and shortcomings” you will be less enthusiastic. Despite of the positive thrust of the report, you might have some doubts as to whether and how the complexity of the European process in political, technological and military terms can be harmonized and put together into an effective “European Force” in the near future.

These doubts are based on the fact that some EU member states continue to assert national reservations in particular with regard to NATO membership, common political positions or common operations.

In my presentation, based on analyses from experienced members of EuroDefense Germany, I will elaborate on three aspects of “Force-capabilities and deficiencies”.

1. The actual European process of creating force-capabilities and removing deficiencies.
2. Is Europe’s force capability totally “out-ranged” by the U.S. and how can we fill the capability gap?
3. Has the conscript-system generally done?

A guiding premise in my presentation is the close interoperability between ESDP and NATO, politically, militarily and technologically. My remarks are based on the assumption, that forces of the EU serve a common political objective and reflect a common will. This assumption is, however, a very optimistic one given the political developments of the last years including the most recent ones. Political unity is the exception rather than the rule. To combine existing forces within NATO or, in exceptional cases, separate from NATO should not be too difficult, if the political will and necessary budgets are at hand.

I. Force Capabilities

If we take a brief look at the European process to create effective force capabilities, the picture is as follows:

We have to recall the decisions made at the European Council in Helsinki 1999 where Headline Goals in terms of military capabilities have been set. For the EU this means being

able by the year 2003 to deploy within 60 days a “Reaction Force” of up to 60,000 military personnel and respective land, air and naval assets in order to be able meet the full spectrum of the “Petersberg Tasks” and to be sustainable in the deployment area for one year if required.

In a Capability Commitment Conference in November 2001 EU member states made voluntarily contributions to the “Reaction Force”. These contributions are collected in a Headline Force Catalogue, constituting a pool of more than 100.000 military personnel and approximately 400 aircraft and 100 naval units.

The Helsinki summit also created a Headline Goal Task Force (HTF) consisting of experts from the EU-capitals. Lead by the Political and Security Committee the Task Force is working under the authority of the EU Military Committee to identify shortfalls of European forces in detail. It comes as no surprise that these shortfalls are almost identically to those listed in NATO’s Defense Capability Initiative (DCI) from 1999.

Main shortfalls identified are:

- On the strategic level, Air and Sea Transport, Intelligence Collection Assets as well as Command and Control Assets.
- On the tactical level, Suppression of Enemy Air Defences, Combat Search and Rescue, Precision Guided Munitions, Cruise Missiles and Medical Capabilities.

The Laeken European Council in 2001 got a step further in the whole process and decided to establish an European Capability Action Plan (ECAP), which is to rectify the shortfalls still remaining. This very ambitious plan is to be implemented under the lead of the Headline Goal Task Force in a so called “bottom up approach” and based mainly on existing projects and initiatives. It seems important to note, that ECAP has to keep in mind the DCI of NATO which might receive a revision at the NATO summit in Prague in November this year. Nevertheless, desired complementary capabilities between NATO and the EU have to be recognized, avoiding unnecessary duplications. In a addition, the European arms industry might become a new dimension in cooperation with the US.

Some thoughts in this respect will bring me to my second point, that is the so-called Transatlantic Capability Gap.

II. Transatlantic Capability Gap

NATO’s unending effort to bridging the transatlantic capabilities gap is undergoing another readjustment. Making European forces more global as well as more compatible and complementary to those of the US has become even more urgent with the attacks of 11th September, the ensuing war on terrorism, including the campaign in Afghanistan and the assumption that Al Qaida would, indeed, have used weapons of mass destruction if they had only been able to do so. Declining European defence budgets have underlined, that this can only be achieved if European NATO members do more to exploit their respective areas of

competitive strategic advantage, fostering as I call them “niche-competencies” or “areas of special competence”, while reducing unnecessary duplications among their own military forces. NATO defence ministers urged at their meeting in June this year, [I quote] *“there is a clear need for the Allies to develop new methods to identify and implement cost-efficient solutions to defence-capability shortfalls, and to reduce fragmentation of effort. In this regard, the new initiative should encourage, where appropriate, the pooling of military capabilities, increasing role-specialisation, cooperative acquisition of equipment and common and multinational funding”* [end of quote].

There is no doubt, reworking NATO’s DCI from 1999 for the 2002 NATO summit in Prague in November will be a difficult political process, especially around the questions “which role?” and “which pool?” or “what role?” and “what pool”.

When exploring the challenge of today’s capabilities gap we will argue that European militaries need to find a new balance between national and European core capabilities and special competencies, while taking into account Europe’s budget constraints, the possibilities of piggy backing on commercial innovations, and the unique opportunities and risks of Europe’s geostrategic situation.

Whether in terms of money spent for defence, or readily deployable forces, or, perhaps most importantly, the political will to stand to the threats of our time, observers on both sides of the Atlantic point to a significant gap, fearing that this gap could leave America and Europe going separate directions when it comes to managing the danger.

Today’s capability gap revolves around three issues: reach, interoperability and rationalization. Europe and NATO needs reach in terms of deployable forces capable of stabilizing distant hotspots, or, particularly after the 11th of September, rooting terrorists out of their re- doubts. There are needs for the ability to weld national forces into effective military capabilities, whether to win the wars or to win the peace. Thus, interoperability, or more generally, the ability to cooperate in terms of technology, training, doctrine and organization, has found its way to the top of the Atlantic agenda already since decades.

In managing Europe’s and NATO’s capability gap, we have to realize that it cannot be entirely overcome, and certainly not over night. The question is how to manage the asymmetries and how to keep them from undermining transatlantic solidarity. A politically sustainable division of labour by a “rationalization strategy” could be the solution. This strategy is to be based on the pursuit of comparative advantages and the enhancement of specific competencies, both across the Atlantic, and even more so within the European Union and the European NATO members. Such a strategy proceeds on the assumption, that the states of Europe cannot match the USA across the board. It recognizes, that deficits, which I mentioned earlier, need to be addressed, but also Europe’s strength should not be overlooked. There are some fields Europeans are very good at, and they should be better at these. Today’s gap should be seen in the context of a new NATO in a new Europe in a new World. All the same, one should keep in mind that Europeans and Americans have long

accepted the gap in fields like intercontinental missiles, thermonuclear warheads and global power projection. I have seen no one who has brought up the idea of twelve aircraft carrier groups for Europe.

Let me pick up the necessity of reach at first under the aspects of mobility and deployability. The more distant the crisis is from Europe, the greater is the difference between Europe and the USA on getting there with effective military power. For Europeans, crises around the European periphery are a different kind of transportation challenges than those on different continents or half way around the world. The land transportation network developing into greater Europe, the growing density of airports, mean truck, rail and short to medium-range transport aircraft as well as Europe's sea-lines of communication offer Europeans greater reach into areas around European periphery, areas which are of concern, a belt of dangerous instability. These areas are more in Europe's neighbourhood than in America's. Developing European lift capabilities in this area will add to an item, that is in high demand on both sides of the Atlantic.

Dedicated airlift with some 200 Airbus A-400 M is on its way and this aircraft will occupy a niche of its own, meeting the European staff requirements for short take-off and landing on temporary airstrips, that the US C-17 cannot. In this context some have argued for pursuing a large airbase concept, with multinational commands for transport, refuelling, even ground surveillance. Combat aircraft tend to remain in national hands, though the possibilities for pooling in conjunction with a new UAV fleet are also possible here.

Let us now look for sustainability and survivability. The longer and more intense a distant deployment is, the more difficulty the Europeans have in terms of sustainability. Getting troops from A to B and sustaining them there is also very much connected to the challenge of force protection. En route to staging areas or on patrol military forces make for attractive targets, whether by means of weapons of mass destruction or land mines and sniper bullets. In suppressing enemy air defence and protecting distant airfields, securing harbours and littorals, or neutralizing mines at sea and on land, or detecting chemical and biological agents in the field, Europe brings a wealth of specific competencies that could be of central value to any future campaign.

Let us turn to the well-known topic of interoperability. The information revolution brought to the US military a new way of fighting and it is clear that the US forces have entered the information age much more profoundly than have Europe's. The acronym C4ISR which stands for command, control, communication, computing, intelligence, surveillance and reconnaissance has moved to the centre of military thinking. These areas, networked to action, have come to be seen as the most potent force multiplier. Forces have become more network-centred, less platform- or munitions-centred. Linking a variety of hardware from a variety of countries and services has become the imperative, but also the opportunity of the information age. Private sector innovation in network technologies offers a unique opportunity to link the legacy hardware of Europe's military into a much more effective

fighting force. Commercial-off-the-shelf technology thus presents a cost effective way of giving European forces more potential. The key to interoperability is identifying those interfaces that are most important to multiplying force effectiveness. Sometimes these can be simple. If e.g. a multinational mine-warfare group under German Command is responsible for keeping a sea- area free of mines, interoperability might be sufficient if the commander can report: “area mine free”, because interoperability worked through common and trained tactical doctrines. Various proposals for a NATO “spearhead force” consisting of small and flexible multinational contingents trained and prepared to go into environments like Afghanistan could create an important kind of interoperability for “minimum military footprint” kinds of operation. With the Washington Post reporting [I quote] “US officials say their allies’ special forces are a compelling model for the critical transformation of Europe’s underfunded militaries” [end of quote]. This example shows, that contributing to such combined capabilities take the chance of the reality, that Europe’s Elite Forces are closer in overall capability to US Special Forces than the respective size of the defence budgets would imply. Interoperability remains a function of scenario. Sometimes it is sufficient to coordinate action among different theatres or regions. But to be frank, in truly multinational formations, a strong element in European force concepts, interoperability is much more necessary and of high priority.

My last point in this analysis is the field of rationalization. Reducing unnecessary duplications among and within Europe’s forces has become increasingly attractive, although the political price of sovereignty might be high. More cost effective forces with greater collective military capability would be created. Closing the right gaps means identifying special fields of competency where Europe could do particularly well. A unique European cluster of complementary capabilities to US forces should not be understood as Europeans only plugging US gaps, because the USA is unlikely to let others fill truly significant gaps. On the other hand, Europeans are unlikely to give up certain core national capabilities. All this means to find a new balance between maintaining core capabilities and specializing in areas of comparative advantages.

In Europe tight funds are to be spent selectively by developing more of niche, or special, competencies. Europe does not try to replicate the R&D the US is doing, though it seeks to deepen scientific and industrial cooperation. By the same token, the German Navy does not try to turn its objectives towards a blue water force. It enhances its littoral warfare capability with diesel electric submarines, mine-warfare units and corvettes. Germany puts more into UAVs and less into new ground observation satellites. Germany puts more in networking recce-strike-complexes, focuses more on its military engineers, and ABC defence teams.

Even in the area of air power, there are niches where European aircraft can complement American ones. A small strike force, building on soon to be deployed “Raphals” and “Eurofighters” and greater reliance on potential saving unmanned systems, could well serve Europe an and Atlantic needs. Some have suggested creating a dedicated multinational European “suppressing enemy air defence capability” (SEAD) perhaps built around

Germany and Italy, who together have 50 electronic combat and reconnaissance ECR-Tornados.

European niche competencies do not mean to beat the USA where it is best. Although a formal codification of an “EU guaranteed access to NATO/US assets” is not yet politically agreed between all NATO members, trust across the Atlantic remains to be substantial. European competencies in some force capabilities would stabilize this trust.

I come to the third point of my presentation.

III. Future of Conscript System

What value does the conscript system have on force capabilities? Let me give you a general and some specific German views. Doing so, it is clear, that conscript is and will remain a purely national decision and I will not plead for an European solution. In Germany we have mixed volunteer and conscript armed services and it is well established. It has support of the two major political parties and is only recently confirmed by our constitutional court. We have a mixed force of 71% volunteers and 29% conscripts, and one third of the latter is now serving for more than the compulsory 9 month up to 23 month.

Coming from the core question, what are the requirements of armed forces with regard to their numbers, qualifications, presence and readiness to fulfil their political mission, I will at first give a general strategic comment on the number of forces. What are the numerous tasks for forces?

1. Peacetime establishment of the state and the alliance as a contribution to stability, partnership, confidence building programs, as well as minimum (or sufficient) deterrence.
2. Crises management of the international community, including peacekeeping and peace-making missions.
3. Homeland defence including air, anti-missile and coastal defence as well as CIMIC and assistance in disaster relief and other emergencies.
4. Basis for training, logistical support, transport and command and control.

Depending on the scenario in a new world with a wide spectrum of risks and threats, including asymmetric ones, there is still a need for a substantial number of qualified present and reserve forces. Also the ratio between number of inhabitants of a state and the size of its forces is a question of national interest and having international influence. A conscript and/or modified national service system with qualified reserves can provide to these requirements. A simple example demonstrates this. An attack against the information structure of a state causes the need for quick availability of computer specialists, an attack with biological weapons the need for medical and epidemic specialists, organized and in large numbers.

It could be an error to argue, that modern high technology in all areas will do the job and further drastically reductions in personnel numbers are acceptable.

Let me turn to the German forces, at first an historical and social view. The “German Reichswehr”, means the armed forces in the so-called “Weimar Republic” from 1919-1932 was alleged to develop the tendency to turn into a “state within the state”. This meant it kept away from politics and the society. To get rid of this fear, the German Federal Armed Forces from their beginning in 1956 were founded as the mix forces I stated earlier. As far as the actual relationship between our forces and our citizen are concerned, it developed increasingly positive. Hence, this remains a strong argument for national service. Through national services you have the opportunity to anchor values, as the will to defend our civilization, which we do in putting much emphasis in the civic education of our armed forces. What are the sociological and labour market conditions to recruit not only sufficient numbers but also qualified personnel for our troops? In Germany we recruit 43% of our volunteers from serving conscripts. Latter represent a high portion of much needed intelligent and qualified people with a general educational and vocational training level. For example: about 90% of the non-high-school recruits in Germany have undergone very useful vocational training before they are called-up for their national service.

I have not made-up for the pro and contra of national service, because, as said earlier, this will remain a national position with all its historical, cultural, social, labour and economical specialties. We can provide our people and our civilization a secure future in peace and freedom when capable armed forces in sufficient numbers and quality are available.

Conclusion

Decreasing defence budgets and new missions in a new risk and threat environment have forced the Europeans to harmonize and improve the quality of their military capabilities. The political process is implemented through

- the Helsinki Headline Goals;
- the European Capability Action Plan;
- the Headline Goal Task Force and
- the NATO Defence Improvement Initiative.

Hopefully this interdependent network will come to a successful stage in the near future.

With European competencies in force capabilities Europe could bridge the capability gap to the USA having in mind that a strong transatlantic link remains a core element of common security also in the new world.

The conscript and/or a modified national service system is a valuable element of force capabilities, but remains a national decision within the European nations.

Finally I should like to remind us:

- that the defence of freedom, values and interest concerns each citizen and all fields of politics and not only the military;

- that the dangers ahead of us are comprehensive and global, that we need the full spectrum of military capabilities and not just a rapid intervention capacity;
- that lacunas and deficiencies are not limited to those stated by multilateral NATO or the EU/WEU bodies. It is only one year ago, that we all were reminded of the continuing necessity of homeland defence. Homeland defence is not only necessary against terrorist attacks but against all risks that include land, sea, aerospace and the information sphere and this in a global dimension;
- that we tend to focus exclusively on qualitative aspects of the problems mentioned. There is, however, a quantitative dimension that tends to be forgotten. Quantity is a quality in itself. We need large numbers of money, large numbers of superior weapons systems, and large numbers of personnel;
- we still need well trained and qualified reserves to back up our active forces and in particular to shoulder much of the missions and tasks related to homeland defences.

A Política de Armamento – Despesa ou Investimento?

Juan Emilio Iranzo MARTÍN
UNED, Espanha

(Síntese da Conferência)

O sector da defesa é praticamente o único que é possível ser considerado um bem público no seu absoluto, visto ser indivisível e o custo do novo beneficiário é zero. Por essa razão, justifica-se claramente a presença do sector público e a necessidade de aumentar os orçamentos destinados a garantir esta actividade eficientemente. No caso das Forças Armadas Europeias esta resposta é urgente, visto caminharmos cada vez mais para a necessidade para uma política de defesa comum na Europa.

Por forma a compensar o desequilíbrio de oferta entre as Forças Armadas e outras fontes das estruturas com o mesmo objectivo seria adequado terem o mesmo destino.

Além disso, as Forças Armadas terão de obter rendimentos da venda de serviços à sociedade civil na qual há vantagens competitivas.

Uma Agência Europeia de Armamento para todos

IGA Emile Blanc

Presidente do EuroDefense-França

Le Traité de l'Union a institutionnalisé à Amsterdam, la volonté des Etats de coopérer en matière d'armement : "La définition d'une politique de défense commune est étayée, dans la mesure où les Etats le jugent approprié par une coopération en matière d'armement". Cette volonté s'est manifestée depuis longtemps mais aucune des formes sous lesquelles elle s'est exprimée ne s'est révélée satisfaisante. Les causes de ces échecs sont profondes et maintes fois évoquées, certaines d'entre elles perdurent malgré les avancées enregistrées dans la construction de l'Europe de la défense. Il faut avoir le courage de dénoncer les raisons de cette stagnation et si possible avoir la volonté de prendre les mesures pour les surmonter. Je ne parlerai pas des premières, elles sont bien connues de nous tous qui avons siégé dans les différentes instances réputées «opératives»; je voudrais aborder ici les mesures qui me paraissent devoir être prises.

Une agence d'armement pour tous tel est le sujet proposé. Un organisme efficace au service de tous et surtout au service de l'Europe et de sa défense me paraîtrait plus proche de mon propos. C'est donc d'efficacité globale au niveau de l'Europe et d'optimisation à ce niveau dont il s'agit. C'est au contribuable européen que je m'adresse pour qu'il fasse les efforts nécessaires et je ne chercherai pas la satisfaction du contribuable national. C'est le souffle de l'Europe qui doit passer et nous inspirer bien au-delà de l'égoïsme national particulier trop longtemps mis en avant.

Un peu d'histoire éclairera la question. Les "Pères fondateurs" font rédiger en 1952 avec la bénédiction des Américains le projet de traité CED (Communauté Européenne de Défense) sur le modèle, fortement supranational, du Traité CECA (Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier). La CED ne sera jamais ratifiée suite au refus du Parlement d'autoriser le gouvernement de le faire. Le "burden-sharing" amènera quelques années plus tard, les pays européens de l'OTAN, c'est à dire 12, sans la France, à créer l'EUROGROUP, organisme dépourvu de tout pouvoir et peu représentatif de par sa construction des Etats. En 1976 les 12 invitent la France à les rejoindre pour parler armement. Ainsi naît le GEIP, club à l'origine informel des ministres de la défense et des DNA, il va devenir le forum où seront abordées les questions d'armement et quelques fois les questions de défense. En 1992 le GEIP est rattaché à l'UEO et devient le GAEO (Groupe Armement de l'Europe de l'Ouest) qui existe toujours et s'est même élargi à dix neuf.

Il faut bien reconnaître qu'en dehors des études, le fonctionnement du GAEO sur la base de trois commissions n'a jamais été entièrement satisfaisant. On a cherché à améliorer son efficacité et l'on a séparé les études, les programmes et le rôle des Etats. Les études ont été confiées à l'OAE0, les programmes à l'OCCAR et le rôle des Etats à la LoI. Il faut aujourd'hui faire la synthèse de ces trois entités. Depuis les premières tentatives bien des choses ont changé: une Europe nouvelle a émergé qui veut avoir les moyens de se faire entendre, qui veut être un

acteur reconnu au plan international et être à même de défendre partout où ils sont menacés ses propres intérêts – St-Malo, Cologne, Helsinki, Feira, Nice, Séville, marquent les étapes les plus significatives. Depuis le sommet de Nice l'Europe est désormais dotée des organes fonctionnels essentiels grâce à la triade: COPS, CMUE, EMUE.

Le Conseil a décidé à Nice en effet la mise en place du dispositif politico-militaire définitif par la création des instances permanentes nécessaires à la définition et à la conduite d'une politique étrangère et de sécurité commune comprenant:

- *le Comité politique et de sécurité (COPS)* inscrit dans le traité et dont le rôle est défini à l'article 25 TUE (Nice): *“il suit la situation internationale dans les domaines relevant de la PESC et contribue à la définition des politiques en émettant des avis à l'intention du Conseil, à la demande de celui-ci ou de sa propre initiative. Il surveille la mise en oeuvre des politiques..., sous la responsabilité du Conseil, il exerce le contrôle politique et la direction stratégique des opérations de gestion de crise, le Conseil peut l'autoriser... à prendre les décisions appropriées”*. Il est composé de représentants des Etats membres au niveau ambassadeurs et a vocation à traiter de toutes les questions liées à la PESC;
- *le Comité militaire (CMUE)*, composé des chefs d'Etat-major des armées, représentés par leurs délégués permanents, il donne des avis militaires et formule des recommandations au COPS, le président assiste au Conseil si des décisions de défense sont évoquées;
- *l'Etat-major militaire (EMUE)*, il reçoit ses directives du Comité militaire et met ses compétences au service de la PESD. Il sera chargé de l'alerte rapide, de l'évaluation des situations et de la planification stratégique pour les missions de Petersberg.

Le processus suivi pour répondre à la *Headline goal d'Helsinki* est bon. Les démarches volontaires d'engagement capacitaires ont porté leurs fruits. La déclaration d'opérationnalité de Laeken a sanctionné positivement cette réalité, un Plan d'action européen (ECAP) décidé à Laeken en décembre 2001 vise à combler les lacunes, il doit avoir pour résultat de renforcer les capacités militaires qui permettront à l'Union de *“disposer d'une capacité d'action autonome, d'avoir les moyens de décider d'y recourir, d'être prête à le faire...”*, et de conduire de façon optimale les opérations les plus complexes. Les progrès en termes d'équipement seront le résultat d'une action collective animée par l'organisme européen adéquat. Petersberg a un effet structurant certain, bien conforté par les leçons tirées des opérations récentes. Les équipements nécessaires pour doter l'Union de l'autonomie stratégique recherchée et les moyens d'infrastructures communes ou qui devraient le devenir doivent être traités en priorité: satellites de communication et d'observation, C4R, transports stratégiques, ravitaillement en vol...

Tout ceci ne prendra du sens que si en parallèle est lancé un effort d'augmentation et de cohérence budgétaire entre les Etats membres. Il faut reconnaître que nous sommes loin de compte. Force est de constater une quasi décroissance sur les dernières années des budgets européens et bien qu'une reprise soit amorcée chez quelques uns on voit apparaître un

déséquilibre croissant entre Etats-Unis et Europe qui conduira à terme court à une marginalisation. Cet écart est particulièrement grand dans le domaine général de la R&T civile et militaire: pour 2000 les dépenses ont atteint 288 Md euros pour les Etats-Unis contre seulement 164 en Europe; l'écart est encore plus significatif en ce qui concerne le R&T défense. Bruxelles vient d'en prendre conscience et la Commission vient de présenter une nouvelle série de recommandations "Plus de recherche pour l'Europe" dont l'objectif affiché est d'atteindre 3% du PIB investis dans la R&D. Cette initiative devrait trouver un écho dans le secteur R&T de défense auquel un % du PIB, certes plus faible, devrait être explicitement affecté. Il devient de plus nécessaire de rapprocher civil et militaire car dans tous les domaines nouveaux il s'agit souvent de dualité.

Il faut donc pouvoir échanger avec la Commission, négocier avec elle. Un cas typique : GALILEO (système civil de positionnement avec des applications militaires), c'est l'exemple le plus récent de programme commun ; lancé en mars 2002 pour une mise en service en 2008 c'est la version européenne du GPS ; elle fait l'objet de très fortes pressions de la part des Américains allant même jusqu'à exiger que le Pentagone puisse brouiller le signal Galileo!. L'Europe doit pouvoir intervenir là où elle désire le faire, elle doit donc avoir à sa disposition et sous son seul contrôle les moyens essentiels.

L'engagement des forces se fait toujours et se fera encore longtemps sur une base intergouvernementale. Ne faudrait-il pas, c'est le bon sens qui le commande, que ces forces pour qu'elles puissent agir efficacement ensemble, soient interopérables, c'est à dire équipées de matériels compatibles. L'interopérabilité la mieux assurée est sans nul doute celle qui résulte d'un équipement commun. C'est un des objectifs qu'il faut viser : équiper les forces de matériels identiques répondant à un besoin commun. L'expression de ce besoin commun aux différents pays européens se réalisera progressivement. Le trilogue, CEMA, NAD, industrie, est en train de naître. Les Chefs d'état-major de l'armée de terre des pays de la LoI réunis avec les NAD à l'occasion d'Eurosatory 2002, ont procédé à des échanges de vue informels, no binding, avec les Présidents des associations des industriels, sur la nécessité d'un renforcement de l'harmonisation des besoins opérationnels en Europe; cette démarche est encourageante elle a été relayée et magnifiée par la rencontre organisée par la Présidence espagnole à Madrid, qui a permis de faire dialoguer représentants de l'industrie et experts de l'Union sur les besoins actuels et les projets à long terme. Ce dialogue devrait devenir permanent. La véritable impulsion émanera de la triade institutionnelle.

Cette harmonisation ne doit pas être considérée comme un préalable à une coopération d'armement renforcée; Il importe désormais de progresser rapidement, de prouver le mouvement en marchant. Le Conseil européen devra donner des directives dans ce sens. L'implication directe des ministres de la défense aux réunions du Conseil quand il traite des questions les concernant devrait aller dans le bon sens.

Comment structurer l'Europe de l'armement ? Innover ou utiliser les cartes qui existent?

Il est souhaitable de faire une distinction entre trois catégories de programmes:

- les programmes de matériels d'un côté qui une fois décidés relèvent de l'OCCAR, resteraient de son ressort et la formule actuelle de cette organisation serait provisoirement maintenue mais élargie à tous les pays et son champ de compétence étendu à toutes les acquisitions, ses objectifs seraient toujours tournés vers la recherche d'une meilleure efficacité de gestion;

L'OCCAR comme vous l'avez noté a changé de sexe : d'organisme elle est devenue une organisation depuis qu'elle a acquis le 28/01/01 la personnalité juridique au travers d'un arrangement de niveau traité ratifié par les nations.

Bien que les pays de l'OCCAR représentent 80 à 90% de l'armement européen en investissement et en capacités industrielles, elle ne doit pas être considérée comme la "propriété des pays producteurs d'armement". C'est une organisation européenne qu'il faudra, le moment est venu, développer et/ou intégrer dans un "organisme enveloppe".

L'OCCAR a atteint un certain régime de croisière. Avec moins de deux cents personnes au total, elle gère 24 milliards d'euros. Avec les programmes futurs, notamment l'A400M, elle devrait gérer bien plus du double de cette somme.

L'objectif de l'OCCAR demeure la maîtrise des coûts, la mise en œuvre de nouvelles méthodes de gestion de programme au travers d'organisations européanisée et globalisée.

Cet objectif devrait être dépassé et l'on devrait viser de créer un choc psychologique en proposant sa transformation en une véritable Agence de l'Armement Européenne organe subsidiaire du TUE:

- Agence ouverte à l'ensemble des pays de l'Union qui le souhaitent et ultérieurement aux pays du GAEO;
- Agence qui ne gérerait pas seulement les Programmes Décidés mais qui serait une force réelle de proposition permettant d'avancer, de générer et de décider de nouveaux programmes de coopération : à la carte, chaque Etat participant au financement selon le pourcentage qu'il choisit et en géométrie variable c'est à dire avec les Etats qui le souhaitent. Dans un premier temps, les idées de programmes nouveaux seront apportées par les Etats ayant identifié un besoin nouveau et désireux d'en proposer le développement en coopération ; puis progressivement en s'appuyant sur l'harmonisation des besoins opérationnels, l'Exécutif de l'Agence pourra identifier et proposer de nouveaux programmes;
- les programmes de développement des nouveaux systèmes d'armes et en particulier les programmes stratégiques communs. Ces programmes relèveraient de l'OCCAR nouvelle version comme évoqué ci-dessus, ouvert sans discrimination à tous les pays européens qui le souhaitent et dont la mission étendue serait de proposer de nouveaux programmes répondant aux besoins futurs identifiés et de gérer ceux qui seraient retenus au profit des pays participants à leur spécification et à leur financement dans

la formule déjà évoquée “ à géométrie variable ” ou “à la carte”. Ce «*NEWOCCAR*» disposerait d’une force de proposition s’appuyant éventuellement dans la phase de définition sur les capacités nationales existantes: Services, Laboratoires, Centres de recherche;

- les programmes de Recherche de base et d’études technologiques, il s’agit d’une démarche ambitieuse nécessaire pour l’avenir à moyen et long terme de l’Europe, qui doit être conduite si possible en combinant les efforts de tous, les efforts financiers restant modestes ne sont pas un obstacle à la participation de l’ensemble des Etats de l’Union. Cette activité de nature précompétitive est destinée à constituer une BITD (Base Industrielle et Technologique de Défense) à la disposition de l’ensemble des membres de l’Union; Elle doit être confiée à un organisme spécifique une sorte de DARPA, financée par un % des PIB à définir relativement faible au départ mais destiné à croître et qui serait placé sous l’autorité du Conseil européen confié dans le cadre du deuxième pilier au Haut Représentant pour gérer les budgets correspondants et assurer l’animation du programme d’action retenu par le Conseil sur proposition des ministres de la défense. L’OAEO pourrait servir de base à cette construction.

L’OAEO (Organisation de l’Armement de l’Europe Occidentale), a été créée sur la base d’une charte adoptée par les ministres de la défense des pays du GAEO à Ostende en novembre 1996. Elle prévoit même en son Article 25 la possibilité pour un nombre réduit de pays de créer des partenariats pour concevoir, développer, fabriquer et maintenir en condition opérationnelle des systèmes d’armes. L’OAEO a la personnalité juridique du Traité de Bruxelles, elle peut placer des contrats auprès de l’industrie.

L’OAEO a été reconnue dès sa création, comme l’organisme *précurseur de l’AEA* (Agence Européenne de l’Armement) dont le Traité de Maastricht avait demandé la création, mais elle a pour l’instant un champ d’action limité à certaines activités de Recherche et de plus elle s’est trouvée pratiquement sans “fonds propres”. A Marseille cependant, fin 2000, les ministres de la défense ont exprimé leur satisfaction à un OAEO qui avait atteint ses objectifs dans la notification des contrats de R&T à l’industrie. Une action positive consisterait à doter dès maintenant l’OAEO d’un budget substantiel. Cette action est nécessaire elle devient urgente. En effet, un écart persistant (d’un facteur quatre), entre les allocations des Etats-Unis et celles de l’Europe en termes de ressources affectées à la recherche de défense (ce facteur est de 10 pour la France et de 10 pour l’UK, les deux pays qui financent le plus), entraînera de fait que le standard mondial en matière de matériel militaire de haute performance celui qui apporte un avantage décisif dans l’action, appartiendrait de plus en plus, sinon entièrement aux USA avec les conséquences que l’on imagine.

Le Conseil européen a depuis reconnu la nécessité d’efforts soutenus pour renforcer la BITD. Il s’est engagé à favoriser la restructuration des industries européennes de défense et à améliorer l’harmonisation des besoins militaires ainsi que la programmation et la fourniture des armements.

Il doit donc créer l'organisation qui coifferait l'ensemble: OCCAR, OAE0, Organismes dérivées comme un Observatoire des Technologies Essentielles et/ou Critiques et/ou un cellule d'animation des accords dits MWDDEA (Mutual Weapon Defence Data Exchange Agreement)... Le Conseil européen devrait décider de lui affecter un budget propre et significatif au moins dans un premier temps pour la R&T seule et ensuite pour les programmes stratégiques communs.

Comme on vient de le voir on ne part pas de rien. Il faut exprimer la volonté d'aller de l'avant et l'afficher avec une audace sans cesse renouvelée.

Les Services Officiels, l'EDIG travaillent chacun de leur côté sur toutes ces questions et avancent à leurs pas qu'il faut synchroniser.

Les Services ont mis en place des organisations qui fonctionnent mais qui devraient être mieux adaptées aux nouvelles ambitions de l'Europe et capables d'anticiper ses évolutions futures ; ils ne demandent qu'à travailler de conserve avec tous les acteurs.

L'industrie avec l'EDIG a, de son côté, édicté cinq conditions qui lui paraissent fondamentales pour asseoir une industrie de défense européenne d'armement efficace et compétitive, un marché ouvert et consolidé, une compétition transfrontalière, des règles et procédures de choix harmonisées, une politique d'ensemble en matière R&D, une convergence voire une uniformisation des règles d'export.

L'EDIG a fait également six propositions à la Convention : inclure une déclaration dont le but serait d'énoncer une politique d'armement, harmoniser les spécifications, continuer à développer les organisations existantes (OCCAR, LOI, GAEO), coordonner les politiques R&T des membres, inverser la décroissance des budgets, introduire dans le TU un article sur le financement des opérations UE.

Dans le domaine de l'armement on le voit les choses bougent elles avancent même ; tous les acteurs se sentent impliqués et sont motivés. EuroDéfense devrait participer activement à cette construction du futur et ouvrir un nouveau chantier de propositions; EuroDéfense-France vous soumettra prochainement un document de réflexion sur ce thème qui pourrait servir de base si vous le jugez utile, à une communication à la Convention et au-delà à une proposition concrète.

Merci de votre attention.

Mardi 24 septembre 2002

European Defence R&D – A Funding Policy

Ilana Bet-El

GPC-International

Defence R&D is not an issue that stands on its own. It is undoubtedly the most necessary basis of defence, but like every other element of defence, it has a context – of military action, of wars, of possible death. To better understand this point, I will commence from a discussion of harsh reality, of military action and consequences – and then move on to the difficult but necessary subject of European defence R&D.

My starting point is Bosnia. For two years, between 1995-97, as policy advisor to the UN, I had the privilege of working daily and closely with armies of most European nations in that war-torn land. Whether as UN or NATO, the armies were deployed there, operating under a central command, doing a good job of work. The limits of their capabilities were sometimes national – e.g. the limits of size, training and hardware – but mostly international: the inability of decision makers to provide clear goals, or mostly even realistic demands. Ostensibly, these were decision-makers in international fora such as the EU, NATO or the UN – but in reality they were decision makers in capitals, because it is the national representatives to the international fora who make decisions, not the international professionals who work for them.

I stress this point because the consequences of this strategic inadequacy of decision makers is now being reflected upon publicly in the Hague – with the start of the second phase of the Milosevic trial, the phase dealing with Bosnia and Croatia. Over 200,000 people were killed between these two conflicts, with over 1.5 million people internally displaced in the former Yugoslavia and nearly one million exiled as refugees in Europe and all over the world. In Croatia, amongst other events, one can highlight the destruction of Vukovar as also the second biggest crime of the region: the expulsion of 180,000 Krajina Serbs in 1995. In Bosnia, amongst other horrors, the 43 month siege of Sarajevo – and the most appalling crime of the region: between 5-7,000 men murdered, 35,000 women and children expelled: the fall of Srebrenica, a so-called UN Safe Area, in July 1995.

There were European soldiers in Srebrenica – in blue UN helmets, but European nonetheless. In fact, there were over 25,000 UN soldiers in Bosnia in 1995 and nearly 50,000 in total in the region, the vast majority of them European. Notwithstanding the activities of the soldiers in Srebrenica, I would like to draw your attention to the UN HQ in Bosnia – in Sarajevo. I was there, in the HQ, whilst Srebrenica was falling, and it was not a pretty sight. I am relaying here for the first time what I saw. The actual UN commander in Bosnia was on leave, out of theatre – but being a responsible individual, he was in radio contact. He was of one European nationality. The two acting commanders in theatre, of two other European nationalities, felt immensely strong allegiance to him and to the UN chain of command. Indeed, they were trying very hard to listen to their superiors and give orders to their inferiors in the UN chain of command, even if they were of other nationalities. However, whilst holding a UN

phone in one one hand, they were also holding phones to capitals in their other. Unwillingly, because they felt themselves UN, but nonetheless obediently, because they were national soldiers.

Whilst the UN command, at least at a military level, was trying to understand what was happening, to possibly call in robust NATO air support or even air strikes, to act in some way – capitals were countermanding each and every thought, suggestion or action. Each capital unto itself, not in concert. And it was a mess. An incoherent, unpleasant mess. With horrific consequences.

These events are instructive on a number of counts. First, because they provide context: defence can involve action, destruction and death. Second, because they clearly show that defence is the flip-side of offence, and related to security. Third, that soldiers on the ground are both the front line and the bottom line. They deploy, co-operate, come together and interface as international forces – and yet are also meant to answer to capitals.

Taken together, these points are a reminder that defence is not merely an abstract concept to be debated by decision makers in all the international fora and capitals. And it is incumbent upon us to constantly emphasize that the real issue at stake today in European defence is capitals: they are the source of European defence, and also the obstacle to it. It is capitals, as noted, that send soldiers to the front and expect them to co-operate – and it is the same capitals that refuse to give them the collective means to co-operate. Capability Gaps is the title most commonly given to this problem, and it is an open secret that there are vast capability gaps between European nations, let alone between Europe and the US. This has been known for a long time: if not before the Cold War ended then definitely since. But the Cold War started ending in 1989 and the Berlin Wall came down in 1991 – 11 and 13 years respectively. Srebrenica fell seven years ago – not exactly yesterday. Yet nothing has really changed at the concrete level of European military capabilities. We now have the EU ECAP to complement the NATO DCI (Defence Capability Initiative) – in other words, more international fora for discussing the Capability Gap, but no decision making capability, since that still resides in capitals. No less crucially, no money to close any gaps, since that issue too resides exceedingly firmly with capitals.

These are harsh realities, which do not replace those positive elements regarding progress under the Helsinki Declaration as indeed the actual creation of CFSP and its implementation under the Amsterdam Treaty. But nonetheless, let us be clear: “defence” is still seen as a national issue, not a European one – and capitals i.e. Member States have done little to change this basic fact. Defence is firmly under Pillar II of the EU Treaty, which effectively keeps issues under national direction – and that refers to all of defence, from planning to deployment.

Another harsh reality: soldiers of all European states are deployed nearly exclusively in only two capacities – first, internally, as an aid in times of natural disasters and/or, in some cases, sophisticated forms of policing. Second, they deploy as part of international expeditionary forces. In other words, in a truly military capacity, national soldiers function

mostly internationally. *The conclusion should therefore be that they need to be funded and trained internationally and collectively.*

And a final harsh reality: there is only one set of European forces and capabilities. They may be used by NATO or the UN or the EU or as an ad-hoc coalition – but in any event, and every command, it will always be the same set of forces. And they are under-funded, over utilized, and in some cases using out-dated equipment – which brings us to the issue of R&D.

It is a known fact that European national defence budgets are not growing – and in some cases actively shrinking. Indeed, we now know that a number of European governments have made drastic cuts and actively cancelled defence orders due to the floods of this summer. Once again it therefore seems that the A400M, and even more so the Meteor, have been forestalled – or possibly worse. Nonetheless, in time, possibly in a very short period of time, this will mean that since basic national platforms will need to be replaced at ever-increasing cost. National governments will therefore begin to prioritize their capabilities: replacing only immediately necessary items and seeking elsewhere for supplementary capabilities. In other words, with a dwindling budget, national militaries will only be able to sustain a portion of their own capabilities and therefore actively need to have a collective pool to draw upon.

European defence industries, at the same time, will not be able to sustain themselves in the European market. They are currently underwriting a large part of European defence R&D, which is not commercially viable over time. Moreover, if national governments cannot afford to buy off them and a collective European capability with collective spending power is not introduced, they will have to seek funding and markets elsewhere. Indeed, the process has already begun: BAe is now the fifth largest defence industry in the US, benefiting from the US government buying capability – and its handsome funding for R&D. And that is actually the most crucial issue.

There can be no true European defence capability without hardware or platforms. But these have to be developed – for a specific force, and over a period of time; by governments and then by industry. And they all start from R&D. At the end of January 2002, we convened a conference on European defence R&D, subtitled, quite meaningfully, “funding the future”. The most important themes debated there included:

- (1) The inadequacy of Europe’s current military and defence R&D capabilities;
- (2) Governments’ lack of political will to acquire the means necessary to close these capability gaps and then to organise themselves to use them effectively;
- (3) The impact on the transatlantic relationship of Europe not playing a full part in its own defence and security.

Each of these is an immense subject and each has been debated intensely over the past few years. However, taken together and viewed through the perspective of R&D, they reveal a disturbing underlying problem – and that is the lack of strategic vision.

To be clear, strategic should be understood as a period of time from four to forty years, and vision as a collective term for creating and evolving ideas, and projecting them ahead within a set of plans. The US decision to build the JSF is an excellent example of such a trend – since the first thoughts on the need for a new generation of fighter jets were set down about fifteen years ago, the actual model was decided last year, the first planes will be operable by the end of this decade, and the planes are then expected to last for at least thirty years. That is an immense but absolutely correct mode of strategic vision – and moreover, it is absolutely necessary to add that whilst we speak here, planners and strategists in the Pentagon are already debating and defining the shape and needs of the US military in the post JSF era i.e. in forty years time.

The insightful debate of the January conference made clear that European defence is not yet understood at such a high and conceptual level: it is still being negotiated amongst the nations as a matter of cataloguing military units and making up the shortfalls in their current inventories. This reality was amply illustrated in the last Capabilities Conference held in Brussels in November 2001, when nations were discussing possibilities – or impossibilities – for 2003. Moreover, even events such as the 1999 NATO intervention in Kosovo or the current international deployment into Afghanistan, which underline the inadequacies of this European attitude, appear to have little impact upon policy-makers. The focus remains firmly upon the narrow and current interest.

This situation has severe implications for the future of European defence – and for the future of the European defence industries. For as the political level becomes further submerged in immediate problems, it is further inhibiting the development of future capabilities. At the same time, it is also attempting to delegate much of this function of future development to industry – through R&D. But industry cannot shoulder this burden, especially not over an extended period of time – and especially not without adequate funding.

Defence industries largely depend on governments for their markets, but are answerable to their public shareholders. However, European governments, with their short term vision, only provide, at best, a return in the short term. For industry this means that without injections of European government funds for R&D as evidence of intent in the long term, it will look elsewhere for profit.

Let us put these words in context: war, or even peacekeeping, is now a technological event. It is no longer possible to simply deploy men in blue helmets, or NATO insignia, or possibly a European insignia if a European force is created. They all need to be equipped with advanced technological capabilities – be it in Afghanistan, the Balkans, Sierra Leone or Lebanon. And if they don't have these capabilities, as in the case of Lebanon, the force is pulverized both physically and morally.

Europe still has old style expeditionary forces, armed with old fashioned equipment. This must change. Technological capabilities have to be developed; and bought. And they have to be developed and bought for a specific force, they cannot just be invented in a vacuum: a

successful defence project must always start from a clear defence doctrine, in which the proposed platform will have a purpose and a role.

But then it must be developed. The failure in European defence is not just the current inability to muster the political will to create and fund a coherent force – but also in the lack of investment in the future. And that is where the US has the true edge. In the early 1990s, when European governments cut defence budgets as part of the post Cold War peace dividend, they also cut R&D budgets. The US government, in comparison, reduced force volume but sustained investment in R&D. That is why, ten years later, they can lead a technological war in which European forces cannot effectively participate, barring a few exceptions.

This situation is compounded by another fact: approximately 80% of all public sector research in Europe – civilian and defence – is still organized at a national level. In other words, only a fraction of defence R&D is organized and funded collectively. Not only is this hugely wasteful, but it also, crucially, defies any attempt to create a single, coherent body or vision of European defence.

In a changing and uncertain world, one of terrorist attacks and ever potential conflicts in the Middle East, there is a need for European defence. The soldiers are doing their part. Industry is trying to do its job. But governments and parliaments are not. Capitals are failing European defence.

EuroDefense is an organization that works with governments. I urge you all to go back to your capitals and ask them to begin the necessary process of collective planning and funding. It will not be easy – there are vested interests at stake: Politicians, who are more and more dependant on electorates – electorates that want security but not defence. Sixty years of peace and welfare states in Europe have removed the reality of defence as a necessity from the average voter – as was so recently evident in Germany. Vested interests of national Ministries of Defence, full of people who fear for their jobs if the national endeavor became too European.

These are vast obstacles, and they will not be overcome easily. As such, it may be preferable to suggest that instead of tackling the whole issue of defence it is perhaps worthwhile breaking it down. Instead of urging capitals to move all of defence into Europe, it may be best to start with R&D: it is an element that combines strategic vision with practicalities – and that is what we now need. Change in the present for the sake of the future.

EuroDefense Annual Meeting, Lisbon 25-27/9/2002

Defence Technological and Industrial Base – The SMEs Role

Mr. Han Willems

EDIG – European Defence Industries Group

The role of SME in DTIB

In my view DTIB is a typical political invention.

This caused a shock. SME (Small and Medium Enterprises) is my homeland, however DTIB (Defence Technological and Industrial Base) is something I had heard off, but never understood. I did some investigation and found out that many talk about DTIB without really knowing what it is.

Mr. Chairman, in this I found the courage to come to Lisbon. It is my pleasure to be here and to offer you some thoughts to reflect upon.

Defense technological and industrial base – DTIB

Let me start from a national perspective. I assume most of you share the feeling that DTIB is the capability and capacity in Industry, Institutes, MOD with its armed forces and whatever is available from elsewhere.

National DTIB is for the national MOD and it includes knowledge, know-how, intermediate and final products. These are made available by industry and its supply base and defence institutes.

Let us look now to the normal way of operation.

MOD provides money to defence institutes to deliver knowledge and know-how, sometimes also for intermediates. In this way MOD expects to become a smart buyer.

Also industry, mostly primes or large subcontractors, invest money in their supply base, in engineering and component producers. They also seek knowledge, know-how and intermediates to be used in the final product. A product that than is available for MOD.

This assumes a self-supporting national capability. Most nations, if not all, don't have this anymore, they all need imports in their supply base. Not seldom from other continents. When MOD decides to buy the product, there is again a money flow.

One of the weaknesses in this system is the separate development of knowledge and know-how by institutes and industry. How easy duplication is the result, causing wasted money.

Another weakness is the possibility that the know-how in institutes is never made available to production. Such know-how doesn't last long, again wasted money.

As soon as MODs realize that they pay twice for know-how etc, they might start seeking ways to facilitate the transfer of know-how from defence institutes to industry. Ending up with more effective spending, resulting in better products.

Back to the national DTIB, look to this graph showing export by any of the market players. Is this still a part of the DTIB of the nation, or does it belong to the DTIB of the importing nation?

Finally, what about international co-operation projects with its complicated flow of money and products. Whose DTIB is this?

Many questions? Let me broaden the scope and move to Europe. Is the European DTIB the sum of all national DTIBs in the nations belonging to Europe? Is the European Defence Equipment Market the basis for this European DTIB?

Let me stop raising questions and start to try answering some. At first sight you are tempted to state that EDEM is the basis for DTIB. Does it make sense to have a European DTIB without a European market? European partners excluded from procurement in European nations, will seek access to other markets. When successful, they become part of another DTIB. Especially niche players like SME have shown the capability to find ways to intrude into other DTIBs.

We may conclude however that in all cases DTIB is related to the national market. It is the national MOD who decides which companies, including supply base, participate in projects. All national projects are in fact the market, all participants on that market is called the national DTIB. All other companies not involved in the national projects, have to seek access in other nations, when this fails they probably will not survive. Is the capability of European companies, when used elsewhere, still part of the European DTIB?

Have you noted how easy it is, to speak about Europe, almost as easy as about SME. Europe and SME in defence have no recognizable face, no identity. There is one remarkable difference though, SME is existing and in large numbers while ONE Europe in defence is still a dream.

I just mentioned the European market, well there is none, at least not yet. European nations have national markets, without much coherence and certainly lacking harmonization. Nationalism prevails.

In this audience, under the name of EuroDefense, I expect to find many if not all persons supporting the idea that NATIONALISM should be replaced by EUROLISM.

Today we have to face reality. There is no real DTIB. There are supply chains, most of them pure national, only a few cross national borders. Also European DTIB only exists on the level of supply chains. Chains with mostly one prime company, called integrator, some major subsystem suppliers and many subcontractors including SMEs. Often one or more R&D institutes are participating in such supply chains. Not seldom these European chains need products from outside Europe. Especially in the larger nations in Europe the supply chain of a weapon system is a national affaire.

Cost is less relevant.

There are no European bodies active in harmonization etc.

Concluding: “Nationalism and absence of centralized European powers hamper the use of all assets available in Europe”.

Despite of this, many nations in Europe seek the competition with the well consolidated industry in the United States of America. How realistic is this?

Let us make a very simplified comparison between the USA and Europe. In the USA, there is ONE market, there is one controlling power, the US government, say DOD. This department sets the rules of engagement in the supply chains of the USA-DTIB. And those rules are valid for all.

In Europe there are no European rules, all are national and they are as different as the nations.

In USA there is a full recognition of the importance of SME, not only in words as in the European nations, but in regulations and supported by LAW, the State of Small Business – this simple booklet. It is from 1987, that means from fifteen years ago. Is this an indication how far Europe is behind? I think it is!

Some figures to illustrate my statements about USA:

- More than \$500 million per year are spent to support R&D in small high tech companies;
- SME counts for 38% of jobs in the high tech sectors;
- SME provides for 55% of innovations;
- SME generates 75% of new jobs.

These figures are the basis for two important goals in USA defence procurement.

1. Over 23% in prime contracting should go to SME;
2. In subcontracting this number is this over 40%.

The tool, to achieve such challenging goals, is the Small Business Act, the booklet I just showed to you.

Conclusions:

USA shows full commitment to make SME part of the USA-DTIB.

Back to Europe, Nations are stressing the importance of their SMEs. Also the European Union is active on this field. However defence related issues are excluded in all programs, including the major R&D programs Framework #5 and #6.

WEAG has EUCLID and EUROFINDER with approximately 80 and 40 million euro per annum. From this rather small amount of money most flows to the primes and subsystem

producers. This is also valid for many nations where the larger companies take most of the tax payers money.

Allow me a cynical conclusion: “On European level SME is something you have to mention in speeches and in official papers, because it is political sensitive”.

The recognition of importance doesn't go any further. There is no program for SME in defence, there seem to be no goals.

Another typical problem for SME throughout the world is: How to make others aware of the capabilities of individual companies.

SME is not a part of a European DTIB unless their capabilities are known. The European Commission did recognize this, by making money available to set up a European SME database. Every SME in Europe is offered a free of charge possibility to be included in that database.

An important mistake was made however. The name of this database was allowed to become AEROSME database. This name wrong footings most of the SMEs. They feel that they should not be identified under the name AERO. As long as this remains, this excellent initiative is doomed to fail. It might be already clear to all of you that the name of this database should be changed immediately in EUROSME database.

Mr Chairman I come to my conclusions and recommendations. First of all, the main **conclusions:**

1. Europe is far behind the USA to include the most innovative part of the European industrial base in the supply chain for defence.
2. Europe is lacking a real DTIB on European scale.
3. European nations fail to recognize SME in their procurement.
4. National as well as on European scale R&D funding doesn't reach SME.
5. The European SME database is misnamed, excluding most.

Recommendations:

1. Nations must develop a national tool, preferably supported by law, to assure adequate inclusion of SME in defence projects. The principles of the codes of practices, developed in the UK, which are being promoted by POLARM as well, are the best known starting point.
2. The European Commission should start to develop tools for Europe comparable with the Small Business Act in the USA. One of the major aims should be to assure the optimum use of SME from all nations in projects. Years ago, also in Lisbon, we launched the demand for ETSA, the European Trans national Small business Act. Such act would set rules to include SME from nations who are not participating in the procurement.

3. Europe must stop to exclude defence in the supporting programs, like the Framework programs.
4. The name of the AeroSME database must be changed in EuroSME database, after which all nations must promote national SME to take part in this database.
5. Procurement should start by consulting this database to select the available assets in Europe.

Curriculum Vitae

Hans Willems finished his education as a professional engineer in chemical engineering. In the military he served as a specialist in NBC-warfare.

During 10 years he worked with Dupont de Nemours in management and professional functions, where he specialised in project engineering.

During two years he acted as an advisor to the Supreme Advisory Council of the Dutch Government to advice on technical aspects in appeals to The Crown.

He joined the Ministry of Economic Affairs to advice on aspects relevant to the Dutch chemical industry. During this period he was actively involved in the preparation and approval of the so-called Post Seveso ruling of the European Commission.

From 1988 till 1996 he was the secretary of The Advisory Council to the Dutch Government on all aspects of military production, concentrating on how to make the best use of the spending from the Ministry of Defence. Political support was sought to tune the Governmental desires on the capabilities of the Dutch industry.

Since 1997 he is advisor to the Netherlands Defence Manufacturers Association.

He is also member of The General Assembly of EDIG, as well as member of the Board Directors of EDIG. He is the founder of the SME committee in EDIG, called SME-DIG, of which he is chairman as well. In NATO he acts as vice chairman of the national delegation to NIAG.

He is the Executive Assistant to the Director General of the NATO Central Supply Agency.

Texto da Intervenção do Ministro de Estado e da Defesa Nacional, Dr. Paulo Portas

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Queria começar por agradecer o amável convite para encerrar o seminário da EuroDefense, permitindo-me fazer algumas reflexões sobre questões que envolvem a política Atlântica e a política Europeia de Defesa, bem como a visão que o Governo Português tem destas matérias.

Gostaria de vos dizer, em primeiro lugar, que o sistema de segurança do Estado Nação que é Portugal, tem como eixo estruturante a Aliança Atlântica e vector relevante a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESC).

A conjugação destes dois sistemas permite retirar, como conclusão, um forte investimento no pilar Europeu da Aliança Atlântica e na preservação de relações saudáveis e mutuamente úteis, entre a Europa e os Estados Unidos da América.

O facto de o eixo estruturante no nosso sistema de segurança ser a Aliança Atlântica tem décadas. Nós somos País fundador da NATO, orgulhamo-nos de ser País fundador da NATO e consideramos que a Europa e em geral o Mundo Livre, são tributários de um sistema de paz, que em grande medida, deve a sua estabilidade à existência da Aliança Atlântica.

Assim foi enquanto o Mundo esteve dividido em dois blocos. Assim não deixou de ser depois ter caído o muro que separava esses blocos.

Esta particular posição Portuguesa tem também a ver com a circunstância de sermos um País de geração Europeia, de centralidade Atlântica e de vocação universalista. Somos um País geograficamente pequeno mas cuja fronteira estratégica é ampla.

Portugal é um País do Continente Europeu e isso dá-lhe responsabilidades do ponto de vista da construção Europeia.

Muitas vezes afirma-se, talvez precipitadamente, que Portugal é geograficamente um País periférico. Isso pode ser verdade visto de Moscovo, porém, visto do Atlântico, Portugal é um País central.

Por outro lado, Portugal tem, ao longo da sua história, inscrito no seu desígnio estratégico uma capacidade de relacionamento com outros povos que é diferente da capacidade de relacionamento que tiveram outros Estados. Não digo se melhor, se pior, digo apenas que é diferente. Uma capacidade de observação e relacionamento, por exemplo no Magreb e no Mediterrâneo, que pode ser extraordinariamente importante, mesmo do ponto de vista estratégico.

Os Portugueses criaram vida, economia, cultura, civilização e espiritualidade nos mais variados lugares do Mundo.

A Língua Portuguesa está entre as Línguas mais faladas. O Português é um investimento estratégico e, portanto, um País que é geograficamente pequeno, é um País que tem tudo a ganhar na maximização das suas várias fronteiras quer sejam estratégicas, económicas ou culturais.

O facto de termos como eixo estruturante do nosso sistema de segurança a NATO e a Aliança Atlântica, não nos deve fazer esquecer as responsabilidades assumidas no plano Europeu, em particular na Política Europeia de Segurança e Defesa.

Desse ponto de vista, é preferível cumprir os objectivos firmados do que proclamar, sistematicamente, a utopia seguinte sem cumprir o objectivo precedente. Na agenda da Política Europeia, temos, antes de tudo o mais e enquanto Estado membro da União, de saber cumprir as conclusões do Conselho de Helsínquia.

O objectivo firmado em Helsínquia é o de constituir uma força de reacção rápida, composta por 60 mil homens, com capacidade de projecção em 60 dias e capacidade de sustentação de pelo menos um ano. Não é um objectivo pequeno.

Permite realizar um conjunto de missões que dão influência à ideia da Europa, começando pelo próprio quadro Europeu.

Cumprir este objectivo de Helsínquia é, do nosso ponto de vista, essencial por três razões:

- A primeira, é a credibilidade da Europa junto dos Europeus;
- A segunda, é a credibilidade da Europa face ao Aliado Americano;
- A terceira, é a credibilidade da Europa face a terceiros, independentemente de serem aliados ou não.

Sermos capazes de ter uma força europeia, tal como as conclusões de Helsínquia exigem e conforme o compromisso dos Estados que se comprometeram, significa credibilizar a Política Europeia de Segurança e Defesa, dar-lhe conteúdo e dar-lhe operacionalidade. Credibilizá-la, antes de tudo mais, junto dos cidadãos da União Europeia, frequentemente habituados à diferença entre os objectivos que se proclamam e as realidades que se conseguem, particularmente em domínios extremamente sensíveis, como os domínios da segurança.

Por outro lado, é também importante cumprir este desígnio do ponto de vista da credibilidade da Identidade Europeia de Segurança e Defesa, face aos Estados Unidos da América.

Há um discurso, a meu ver perigoso e inconsequente, que é o discurso da sistemática lamentação da Europa relativamente aos Estados Unidos.

Porque há uma realidade que ninguém pode ignorar quando apreciamos questões de Segurança e Defesa e essa realidade são as forças de cada qual. De que vale à União Europeia queixar-se, sistematicamente, de que há um certo unilateralismo nos Estados Unidos, se a

própria União Europeia não tratar do seu destino, da sua capacidade e da sua própria identidade, do ponto de vista de Segurança e de Defesa?

É por isso que o cumprimento das conclusões de Helsínquia é relevante para a credibilidade da Europa junto dos Europeus, junto dos Americanos e em qualquer lugar do Mundo para qualquer espectador atento. Porque não pode a Europa querer ser mais actor, mais agente na cena internacional e não ser capaz de se entender quanto à concretização daquilo que ela própria decide nesta matéria.

Portanto, antes de discutir qualquer estádio ulterior das questões Europeias de Segurança e de Defesa, convém, como me parece ter sido citado, nomeadamente na intervenção do Comissário António Vitorino, que no plano intergovernamental os Estados sejam capazes de se entender quanto à realização dos objectivos que confirmaram.

Esta dupla realidade, a nossa fronteira Atlântica e a nossa fronteira Europeia, sem esquecer a nossa vocação universal, coloca Portugal entre os Países que mais têm a ganhar com a complementaridade entre a NATO e a União Europeia e mais têm a perder com uma visão concorrencial, para não dizer mesmo rival, entre um lado e outro do Atlântico.

Se Portugal fosse um País estritamente continental, talvez pudesse pensar de outra forma. Diz-se demasiadas vezes que o Mundo mudou e diz-se poucas vezes que, tendo o Mundo mudado, a geografia dos países não mudou.

Portugal é porta de entrada na União Europeia, tem uma fronteira Atlântica considerável e é um País de vocação marítima, deve incentivar a sua capacidade de participar no diálogo com o Mediterrâneo e deve ter uma política própria relativamente ao Magreb, tem experiência, conhecimento e sabedoria em África, capacidade de relação transatlântica e deixou um rasto noutras paragens do Mundo de que nos podemos orgulhar. Se este é o nosso acervo histórico e estratégico, do ponto de vista das instituições, o que é que eu posso dizer?

Posso dizer que Portugal não tem vocação nem tem recursos para uma visão concorrencial ou de rivalidade entre a Aliança Atlântica e a União Europeia.

Portugal tem por isso tudo a ganhar em incentivar uma relação de respeito mútuo entre os Estados Unidos e a Europa, Portugal tem portanto tudo a ganhar na preservação do vínculo transatlântico, Portugal tem portanto tudo a ganhar numa capacidade de relacionamento entre a Europa e a América, mais eficiente do que aquela que tem existido no plano da Segurança e da Defesa.

Afirmo que Portugal não tinha vocação nem tinha recursos para uma visão concorrencial entre a Europa e a América. Em contrapartida digo que Portugal tem vocação e deve concentrar os seus recursos, numa visão complementar entre a Aliança Atlântica e a União Europeia, para evitar duplicações e para limitar desconfianças.

A questão dos recursos coloca-se sobretudo ao nível das duplicações, ou seja, nós não somos - haveremos um dia de ser - um País rico e não estamos entre os países com uma situação financeira mais fácil. Portanto, não está à nossa disposição, gastar duas vezes, comprar duas

vezes, despende o dobro. É por isso que Portugal deve ter uma visão complementar da NATO e da União Europeia.

Outra visão levará, ou a fazer escolhas dilemáticas que não estão na nossa natureza estratégica, ou a duplicar esforços do ponto de vista financeiro, o que não é justo nem aceitável do ponto de vista do contribuinte.

Isto significa, em termos práticos, uma maior integração e compatibilidade entre a nova DCI da NATO e o plano de acção e capacidades da União Europeia. Na análise que, no âmbito da Aliança Atlântica, estamos a fazer da revisão das capacidades, essa compatibilidade com os planos Europeus tem estado em cima da mesa e preocupa os parceiros Europeus da Aliança. Recentemente, em Varsóvia, isso foi claro e nítido.

Por outro lado, esta visão de complementaridade entre NATO e União Europeia, implica maior disponibilidade de ambas as partes para, nomeadamente, o acesso Europeu às capacidades da Aliança. Matéria nem sempre fácil, seja por responsabilidade do outro lado, seja por responsabilidades próprias dentro da União, como alguns casos muito conhecidos permitem provar.

Defender a complementaridade entre a NATO e a União Europeia, significa que um País como Portugal, e a meu ver não está sozinho, deve combater, deve contrariar, empenhar-se em evitar as tendências isolacionistas que existem quer nos Estados Unidos quer na Europa.

Há uma certa visão da política Norte Americana que tende a dispensar os Europeus, como há uma certa visão da política Europeia que tende a dispensar os Norte Americanos.

Essas duas formas de isolacionismo, de um lado e do outro do Atlântico, não servem, qualquer delas, o interesse de Portugal. Se há país que tem vantagem na preservação do vínculo transatlântico, é Portugal. Pela sua história, pela sua geografia e pela sua ambição estratégica.

Em Varsóvia, na revisão da Estrutura de Comandos da Aliança Atlântica, foi possível, ao contrário do que muitos sugeriram, dar conteúdo e significado, simbólico e prático, à preservação do vínculo transatlântico. Mais nas conclusões do que nos trabalhos preparatórios. Devo aqui sublinhar a excelente colaboração entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Defesa Nacional, o excelente trabalho do Estado-Maior General das Forças Armadas e da Direcção Geral de Política de Defesa Nacional, no sentido de conseguir valorizar o vínculo transatlântico e, valorizando-o, proteger a posição Portuguesa no quadro da revisão dos Comandos NATO.

Devo sublinhar que o Governo Português recebeu este dossier num estado muito crítico, que foi concebida uma estratégia seguida à risca pelas autoridades políticas, militares e diplomáticas, no sentido da valorização da posição Portuguesa, e que estamos melhor hoje do que estávamos há uns meses, mas não podemos nem devemos baixar a guarda, pois a luta pela valorização do vínculo transatlântico, no qual é importante o Comando Regional Português, não está ganha mas pode ser vencida.

Acresce-se, ainda, que há entre os Europeus uma equação que merece melhor resolução. Por um lado, a Europa queixa-se do distanciamento dos Estados Unidos, por outro lado, os Estados Unidos queixam-se da ausência de investimento Europeu na Segurança e na Defesa. Para tornar a equação ainda mais difícil, o problema dos investimentos na Segurança e Defesa, por parte da União Europeia, acontece em paralelo com a necessidade de cumprir o pacto de estabilidade.

Este problema é Europeu e tem que ser resolvido pelos Europeus. Não é possível a Europa continuar a queixar-se de que os Estados Unidos, por vezes, a tratam de forma dispensável, a Europa proclamar que quer autonomia e às vezes, independência relativamente ao Aliado Americano, o que é diferente e a meu ver errado, e depois a Europa desinvestir em Segurança.

Só tem voz em questões de Segurança quem investe em questões de Segurança, e a Defesa não é uma despesa, a Defesa é um investimento. A opinião publica tem hoje muito maior consciência, depois do 11 de Setembro, da falta que lhe faz um sistema eficiente de paz e de segurança.

Agora o que me parece é que não vale a pena continuar a abundar numa queixa sem contribuir para resolver o problema. A queixa é que os Estados Unidos estão a fazer política unilateral, dizem alguns e não vou comentar. Mas o problema que se põe, é o que faz a Europa do ponto de vista da Defesa.

Todos sabemos que os níveis de investimento dos Estados Unidos, em matéria de Segurança e Defesa, são incomparáveis, mas pergunta-se à ideia de Europa, faz sentido querer ter mais voz, querer acompanhar o Aliado Americano e desinvestir, sistematicamente, na Segurança e na Defesa?

Essa pergunta é nossa e a resposta só nós a podemos dar.

O problema do gap entre a Europa e os Estados Unidos é essencialmente um problema dos Europeus, porque os Estados Unidos, por decisão soberana do seu Congresso, do seu Senado, investem em Segurança e Defesa. Se aumenta o diferencial com a Europa, o problema não está do lado de lá do Atlântico, está nas decisões, igualmente soberanas, que os Europeus tomam nessa matéria.

Portanto é pouco produtivo o discurso da lamentação, porque não tem, em termos práticos, qualquer ambição. Não vale a pena a Europa queixar-se de que os Estados Unidos vão cada vez mais à frente, se a Europa não decidir investir o suficiente na área da Segurança e da Defesa.

Por essa razão, a meu ver, é perigoso o discurso isolacionista que existe em certos sectores Americanos, assim como é igualmente perigoso, o discurso isolacionista que existe em certos sectores Europeus. Discurso esse que está normalmente associado, não apenas à rotura do vínculo com os Estados Unidos, mas a uma certa ideia de menor cuidado com as questões da

Segurança e Defesa. Chamo a atenção para este ponto que a meu ver e na minha análise, não é menor.

Os sectores que pretendem a rotura do vínculo entre Europa e os Estados Unidos, são normalmente, os sectores que entendem que os Estados não devem preocupar-se, exageradamente, com questões de Segurança.

Gostaria ainda de dizer algumas palavras sobre duas questões que também foram abordadas e que têm que ver com este problema estratégico que é colocado à Política Europeia de Segurança e Defesa, e àqueles que, como nós, são membros da Aliança Atlântica e tencionam continuar a sê-lo, de pleno direito e com muita convicção.

A primeira questão que queria abordar é o problema do financiamento dos modelos de Política de Defesa, onde eu gostaria de chamar a atenção, até porque me pareceu que esse tema foi discutido, para as virtualidades que em todo o caso têm limites, já testadas noutros países Europeus, das parcerias entre o sector público e sector privado, na área de Segurança e de Defesa. As virtualidades das parcerias entre sector público e sector privado na área da Defesa, certamente tem limites, porque a Defesa é uma área de soberania e a soberania não se privatiza, ou, pelo menos, não encontrarão em mim, um liberal capaz de defender coisa tão perigosa como a privatização da Defesa. Mas há inúmeros e inúmeros sectores e aspectos das políticas concretas da área da Defesa e da Segurança, onde é possível desenvolver parcerias financeiras, parcerias industriais, parcerias económicas, entre sector publico e sector privado.

A segunda questão prende-se com a qualidade que, do ponto de vista dos critérios, se atribui ao gasto, diria eu ao investimento, no sector da Defesa. Como todos sabem é uma discussão que tem feito o seu caminho no quadro da União Europeia. Ou seja, não é possível analisar os investimentos apenas em termos quantitativos. É preciso separar qualitativamente o tipo de despesa, nomeadamente aquelas que representam investimento em capacidades militares.

Do ponto de vista Europeu não é igual, nem tem a mesma importância, o investimento para mero funcionamento ou o investimento para aquisição de capacidades militares. Tratar tudo da mesma forma, não só não contribui para a resolução dos problemas orçamentais nesta área como, a meu ver, não corresponde á verdade.

Esta discussão, como sabem, foi lançada já há bastante tempo na União Europeia, tem feito o seu caminho para uma diferenciação qualitativa de alguns investimentos neste sector. Aliás, sem essa diferenciação, a União, em boa parte, poderá queixar-se, mas não poderá responder ás suas próprias queixas.

Além das parcerias entre o sector público e sector privado, que são possíveis neste sector dentro de certos limites - por exemplo, um ministro trabalhista inglês não poria tantos limites como eu ponho mas nem por isso deixa de ser trabalhista - mas dito isto com este cuidado, para além de uma diferente qualificação de certos investimentos na área da Defesa, gostaria de chamar a atenção que inúmeras vezes o problema não é gastar mais, é gastar melhor, e

introduzir regras de eficiência na gestão de estruturas, que como todas as estruturas de todos os Estados, têm, obviamente, zonas de desperdício.

Não vale a pena abundar naquilo que é óbvio. É conhecida a evolução nos países da Aliança Atlântica, nos países Europeus, da organização das Forças Armadas. É uma evolução para forças quantitativamente menos significativas, qualitativamente com maior capacidade de resposta a ameaças que são diferentes. Ou seja, para forças mais conjuntas, mais combináveis e mais flexíveis, onde a capacidade de projecção e a capacidade de sustentação são factores muito importantes. Esta é a evolução em toda a Europa.

Portugal não pode escapar a esta evolução - Forças Armadas mais conjuntas, mais combinadas, mais flexíveis, mais interoperáveis, com capacidade de projecção e de sustentação. Essas são as forças que podem responder às novas ameaças. Isto significa adoptar critérios de organização diferentes daqueles que eram clássicos. Significa, por exemplo, que isto que digo hoje, já não é entendido como um delito de opinião.

Sobre o património das Forças Armadas, considero negativo perspectivar a sua venda para financiar despesas de funcionamento. Porém, considero interessante assegurar uma gestão profissional, integrada e rentável do património, para ajudar a adquirir capacidades militares. Não para pagar despesas de funcionamento, mas para melhorar os nossos equipamentos militares.

Também me parece absolutamente evidente que não há nenhuma razão para não aplicar os critérios de gestão profissional a qualquer sector, incluindo no plano da organização da Defesa e das Forças Armadas. Ou seja, para além dum compromisso com o investimento naquilo que é mais importante – a qualidade dos recursos humanos e a qualidade dos equipamentos – tem de existir um compromisso relativamente à eficiência no gasto.

Há uns dias atrás trouxe, a esta Associação, a discussão de uma ideia que é, a meu ver, uma ideia óbvia, não fácil, mas óbvia. Trata-se da existência de uma central de compras no Ministério da Defesa Nacional. Não me refiro a equipamentos. Refiro-me a aquisições correntes, a aquisições nos sistemas comuns.

A pergunta é esta e é muito simples: porque é que o Estado, e portanto o contribuinte, tem de financiar a compra do mesmo material pelo Ministério da Defesa Nacional, às vezes, pelo Estado-Maior General das Forças Armadas, pela Marinha, pelo Exército e pela Força Aérea, se puder e quando puder globalizar essa compra para obter melhor preço e ser mais transparente?

Ou seja, a existência de uma central de compras no Ministério de Defesa Nacional, permite comprar uma vez e não cinco, obter melhor preço porque se juntam várias necessidades e permite, ainda, adoptar critérios que hoje em dia os sistemas de comunicação e informática consentem transparentes. Considero que é um objectivo que deve ser alcançado. A central de compras do Ministério da Defesa Nacional é um exemplo do que podemos ganhar em eficiência.

Com imaginação, há muitas formas de encararmos o problema dos recursos, na certeza, como se refere nas bases do Conceito de Estratégico de Defesa Nacional, não é possível tomar outra opção que não seja, por um lado, os países europeus perceberem que descuraram os investimentos na Segurança e na Defesa, e por outro, conceberem um conjunto de mecanismos que permitam alocar recursos, sobretudo destinados à renovação das capacidades e à modernização de equipamentos.

O que nos coloca um outro problema que eu abordo com frontalidade e sobre o qual até dissiparia dúvidas, que muitas vezes, quando digo - “não estou disponível como Ministro da Defesa, para pagar preços políticos ou preços de etiqueta”, as pessoas em vez de pensarem no assunto, colam uma etiqueta e dizem “anti-europeu”. Não é verdade. O que muitos Ministros da Defesa na União Europeia dizem, é que a indústria europeia de defesa tem que ser competitiva ao nível dos preços, porque se não for competitiva ao nível dos preços, não é explicável às opiniões públicas.

Portugal é um país pequeno, embora com essa enorme variedade de fronteiras económicas, históricas e culturais, que representam uma ambição estratégica, e vive uma situação, do ponto de vista das finanças públicas, que é inescapável. Ou seja, Portugal tem um déficit público que não pode nem deve ter. Colocar as finanças públicas no “são”, é a primeira condição para termos uma economia saudável.

Isto é verdade para todos. E portanto, a questão que se nos coloca é muito simples: não sendo Portugal um país rico, atravessando dificuldades financeiras que são conhecidas, pode Portugal dar-se ao luxo de comprar mais caro, manifestamente mais caro, só porque tem uma etiqueta determinada?

A meu ver não pode.

Portugal tem de considerar, de forma muito rigorosa, critérios de preço, critérios de entrega e critérios de qualidade nos equipamentos. Não olhar a bandeiras, só porque são bandeiras, sejam elas do outro lado ou deste lado do Atlântico. Antes convém olhar ao interesse nacional, às nossas possibilidades e decidir em conformidade. Isto que eu digo, ouvi-o em democracias exigentes, onde o contribuinte tem o direito a escrutinar o gasto e a forma como são gastos os recursos públicos.

Se a União Europeia, se a ideia da Europa, for ser competitiva no ponto de vista das Indústrias de Defesa, e deve sê-lo, tem de se habituar a praticar preços competitivos. Isto significa formas de gestão mais competitivas, muito menos burocracia e uma capacidade de entendimento e de sinergia superior àquela que tem tido.

Não interessa tanto se um determinado equipamento é Americano ou é Europeu, interessa que seja bom e adquirido ao melhor preço. Não estarei disponível para pagar preços de etiqueta, no sentido em que aqui o disse, ou seja, comprar mais caro, fazê-lo sair mais caro ao contribuinte, só porque tem uma etiqueta.

Para isso Portugal não tem recursos e devo aliás dizer que estando Portugal interessado em participar em projectos de parceria, projectos cooperativos, onde o acesso a tecnologia é extremamente importante para não sermos periféricos, também a este título, é necessário modernizar as nossas indústrias de defesa e determinar, exactamente, quais é que são estratégicas. Olhar para o Mundo e para a Europa e ver quantas indústrias de defesa, cem por cento nacionais e cem por cento públicas, existem.

É o nosso próprio modelo que ainda não é suficientemente cooperativo e também aí agir em conformidade. Se não reformarmos, se não formos competitivos, seja na gestão, seja no modelo das próprias indústrias de defesa, também nesse plano ficaremos condenados a uma certa periferia. Situação que não está conforme a capacidade de certos sectores das nossas indústrias de defesa que temos de desenvolver e que têm, a meu ver, extraordinária competitividade.

O que se passou, e digo-o com toda a franqueza, nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, não é repetível. Não há nenhuma razão que obrigue o contribuinte a suportar 34 milhões de contos de prejuízos acumulados quando se trata de uma grande marca, de uma empresa que pode ser rentável, de uma necessidade da nossa Força Aérea e portanto de um imperativo nacional. É necessário gerir as Oficinas a uma escala, a uma dimensão e a uma ambição razoáveis, e geri-las com bons resultados.

Feitas estas reflexões sobre a generalidade dos problemas na área das indústrias e das questões que se prendem com o modelo de financiamento dos sectores da Defesa Nacional, não queria deixar de salientar o papel que tem desempenhado o Grupo EuroDefense na reflexão sobre estes problemas em Portugal, e evidentemente, manter o compromisso do Ministério neste âmbito, de salientar também o trabalho que a Associação Industrial Portuguesa e o Instituto de Defesa Nacional têm feito de apoio a fóruns de reflexão, que têm que ser apoiados, para existirem, porque a opção é apoiar esses fóruns ou não ter reflexão. De sublinhar, naturalmente, a inteira disponibilidade do Ministério da Defesa para continuar a pensar, a colaborar e a melhorar as políticas públicas de Segurança e Defesa que se praticam em Portugal.

Muito Obrigado a Todos

Paulo Sacadura Cabral Portas
Ministro de Estado e da Defesa Nacional

Síntese das Conferências

Por um Grupo de Jovens (*)

Na sessão de abertura, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, o Dr. Carlos Costa Neves, qualificou de assuntos prioritários, a justiça e assuntos internos, a par da Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

Na primeira sessão da conferência, em que durante estes dias tivemos oportunidade de participar, o Dr. Jacques Santer apresentou-nos uma prospectiva dos desenvolvimentos políticos da UE assente em premissas federalistas e funcionalistas em consonância com o que preconizavam os pais fundadores. Conforme destacou o Dr. Jacques Santer, de facto a UE consubstancia um projecto político novo e ambicioso, mas que começa a carecer de renovação a alguns níveis. A UE é já uma potência económica e monetária, no entanto custa-lhe afirmar a sua identidade e os seus interesses a nível internacional. A questão do alargamento está a ser equacionada em relação com estes dados e, segundo Jacques Santer, esse alargamento conferirá à União uma nova legitimidade e preponderância geopolítica. A declaração de Laeken é um marco importante no início de um projecto de renovação, introduzindo a questão da operacionalidade da PESC e da PESD. Indubitavelmente, o aprofundamento político da União está condicionado pela evolução de uma Política Externa de Segurança Comum (PESC), política essa que segundo o orador não é concebível sem um laço transatlântico sendo este eixo essencial ao federalismo europeu, que o orador defende, e à estabilidade do sistema internacional.

É precisamente a esta complementaridade entre a PESC e o conceito estratégico da NATO que se referiu o Comissário António Vitorino, pronunciando-se sobre aquilo que entende poder vir a ser a PESC, destacando que o debate sobre esta temática deve centrar-se em três requisitos essenciais: objectivos realistas, a articulação do conceito estratégico com as restantes vertentes da política europeia e uma transparência na relação entre os Estados Membros. Conforme observou também o Comissário António Vitorino, regista-se por parte dos cidadãos uma efectiva vontade que a União desempenhe um papel mais activo no domínio da segurança e defesa, o que se pode conseguir através de uma maior articulação entre segurança externa e interna. O terrorismo foi a principal ameaça internacional identificada pelo Comissário, que fez também notar serem os meios clássicos insuficientes na luta contra esta criminalidade de carácter global.

Na análise prospectiva que elaborou sobre a política de segurança e defesa António Vitorino fez notar que a componente de defesa deve manter-se intergovernamental com um papel acrescido do Alto Representante para a PESC, admitindo que o mesmo deveria assumir também as funções de responsável pelas relações externas. É evidente que esta dupla função, conforme foi também evidenciado, suscita dificuldades e não é facilmente aceite pelos Estados Membros. No entanto, permite conceber um centro único de racionalização das diferentes vertentes da PESC e daria ao Alto Representante um valor acrescido.

Propostas ambiciosas, correspondentes à grande visão que, segundo o Dr. António Vitorino se deve guiar por pequenos passos, são a possível criação de uma agência europeia de armamento integrada na agência existente (OCCAR), o controlo parlamentar da PESD assimilando a experiência da assembleia parlamentar da UEO, e, por fim, a integração no Tratado da União Europeia de uma “obrigação de assistência militar mútua dos Estados membros em caso de agressão”, tal como previsto no artigo 5º do Tratado de Bruxelas.

Na 2ª Sessão Sir Peter Abbott veio acrescentar à perspectiva do Dr. António Vitorino a ideia de que operacionalizar uma PESC e uma PESD tem necessariamente que ter subjacente a noção de excelência militar que passa pela motivação e apoio da opinião pública. O Almirante Abbott propôs uma redefinição do conceito de dissuasão destituindo-o da conotação nuclear de que este se revestiu durante Guerra Fria e passando a entender-se por este conceito o conjunto de capacidades que a União Europeia dispõe.

No painel da manhã foi-nos apresentada uma visão contrapontual. O Brigadeiro-General Marizza apontou a ambiguidade latente no título V do Tratado de Amesterdão como um encorajamento para os países europeus usarem a estrutura da NATO em detrimento de uma Política Europeia de Segurança e Defesa. Na situação actual, no entanto, existem estruturas e sinais que poderão permitir um desenvolvimento da PESD. A existência de um “Senhor PESC”, de uma cadeia de comando europeia e a possibilidade de utilização das forças multinacionais já existentes caem neste âmbito.

O General Abel Cabral Couto avançou uma reflexão sobre a dimensão geopolítica da União Europeia, questionando-se igualmente sobre qual o papel que esta poderá desempenhar no plano militar: Se por um lado nos acordos encontramos uma PESD limitada às missões de Petersberg, no discurso dos líderes europeus está patente uma ambição maior que se concretiza num sólido pilar europeu na NATO, capaz de assegurar uma colaboração partidária com o outro lado do Atlântico. Quanto ao conceito estratégico da UE, há algumas questões cruciais que têm que ser respondidas a priori, designadamente, os limites geográficos da União Europeia, a gestão da instabilidade da “frente sul” e a questão da coesão no continente europeu. É evidente que a questão orçamental não é também, a este nível, despicienda.

É precisamente a este nível que o Contra-Almirante Reschke referiu que a diminuição dos orçamentos de defesa e as novas missões das forças armadas num ambiente com novos riscos e ameaças assimétricas obrigaram os europeus a harmonizar e melhorar a qualidade das suas capacidades militares. Simultaneamente, apresentou pistas para a diminuição da assimetria militar entre os Estados Unidos e a Europa. A capacidade de alcance, de inter-operabilidade e de racionalização são os caminhos a seguir. O General Émile Blanc acabaria também por se pronunciar neste sentido. O Contra-Almirante Reschke terminou a sua intervenção salientando a importância da conscrição como um elemento válido para preencher as capacidades e colmatar as lacunas da força europeia. Porém, entende que a decisão sobre o serviço militar obrigatório ou voluntário deve manter-se estritamente nacional, não sendo aconselhável uma política comum europeia nesta área.

Da conferência do Professor Juan Iranzo sobre o sistema de financiamento da Defesa, sobressaiu a ideia de que a segurança é um bem público essencial, ou seja, que por si só se liberta das leis do mercado. A moeda única é, no seu entender, um passo fundamental para a aproximação dos países europeus que seria certamente reforçada com uma política de defesa comum. Na impossibilidade de alcançar uma solução óptima, a Europa deve optar por exércitos mais pequenos e eficientes para as missões que lhe estão destinadas. Isto implica um investimento relevante em tecnologia que ultrapasse o gasto com a componente humana. Contudo, quando é necessário cortar nas despesas, a segurança e a defesa são as primeiras a serem atingidas, uma vez que estes cortes não afectam os resultados eleitorais dos governos.

Este cariz eleitoralista de distribuição orçamental viria a ser reiterado pela Dra. Ilana Bet-El, quando se pronunciava sobre “Defesa e Investigação e Desenvolvimento – que financiamento?”. Conforme referiu a Dra. Ilana, defesa continua a ser vista como um assunto nacional. Os cidadãos preocupam-se mais com a segurança do que com a defesa. Não obstante haver um pilar de segurança e defesa comum ao nível da União Europeia, esta defesa não é encarada de forma ampla e a longo prazo, cingindo-se a interesses e a circunstâncias conjunturais. A falta de visão estratégica coarctar a adopção de instrumentos de defesa comum. Neste ponto é essencial reconhecer a importância da I&D para a existência de capacidades militares, para novos cenários de emprego e para mobilizar a existência de uma indústria europeia face aos Estados Unidos da América.

O General Émile Blanc pronunciou-se sobre a possibilidade de constituição de uma agência de armamento para todos os Estados membros, uma agência eficiente que sirva a defesa europeia e que possa vir a ser capaz de promover a optimização nacional. Contudo, isto exige um maior esforço por parte dos contribuintes europeus. De facto, os progressos em termos de equipamento deveriam resultar de uma acção colectiva coordenada pela instituição europeia adequada. Segundo o General Émile Blanc, os meios infra-estruturais comuns e o equipamento necessários para dotar a Europa de autonomia estratégica devem ser tratados de forma prioritária. Paralelamente sugeriu que deve ser realizado um maior esforço que permita aumentar o volume orçamental e a coerência entre os Estados membros, caso contrário o actual desequilíbrio crescente entre os Estados Unidos e a União Europeia conduzirá à absoluta marginalização.

O General Émile Blanc evidenciou também que, apesar da PESC ser desenvolvida no seio das instituições europeias, o envolvimento de forças é decidido numa base intergovernamental. De modo a fomentar a acção conjunta eficiente destas forças, o General sugere que estas deveriam ser equipadas com materiais compatíveis. Esta inter-operatividade deveria, resultar da adopção de equipamento comum. Assim, um dos objectivos deveria ser equipar estas forças com materiais semelhantes que respondam às necessidades comuns.

O último conferencista deste encontro, Han Willens, viria por fim a referir a existência na Europa de uma Base Industrial e Tecnológica de defesa que, por enquanto, apenas se pode entender ao nível nacional. Comparou a situação das PME nos Estados Unidos com a existente

na Europa. Nos EUA as PME são fonte de criação de novos empregos e de desenvolvimento tecnológico porque os EUA possuem legislação que obriga que uma parte dos grandes contratos e da subcontratação sejam atribuídos às PME. A Europa tem falhado neste aspecto. Han Willens entende que cada estado deve desenvolver um instrumento nacional, de preferência apoiado na lei, para assegurar uma adequada inclusão das PME nos projectos de Defesa.

Por fim, na sessão de encerramento, o Ministro de Estado e da Defesa Nacional, o Dr. Paulo Portas, salientou a vantagem particular de Portugal na relação transatlântica e o facto de o nosso país não ter vocação nem recursos para uma visão concorrencial entre a Europa e a América, mas pelo contrário, uma visão complementar da UE e da NATO. O Ministro da Defesa afirmou ainda a necessidade de construir a Força de Reacção Rápida, antes de prosseguir “novas utopias”.

Do conjunto de intervenções dos conferencistas que nos brindaram com a sua presença nos últimos dois dias, inferimos a existência de um activo dinamismo intelectual nas matérias referentes à Segurança e Defesa na Europa. Gostaríamos que destas produções teóricas à acção fosse um momento breve. Se a construção europeia é de facto caracterizada por ser feita passo a passo, este encontro será, certamente, um dos passos dessa construção.

26 de Setembro de 2002

(*) **Pelo Grupo de Jovens**¹
Adriana Craveiro Henriques
António Valente
Carla Reis
Eufrásia Georgina Neto
Gonçalo Lucena Belo
Jorge Farinha Cabaço
Marta Sofia Résio
Sara Marques
Tiago Mayan

¹ Grupo que participou no I Encontro de Jovens EuroDefense, realizado na Escola Militar de Saint-Cyr, Paris, entre 17 e 22 de Julho de 2002, e que colaborou na organização do VIII Encontro Internacional EuroDefense.

Comunicado EuroDefense-Portugal

As Associações EuroDefense, uma iniciativa independente que conta com associações em dez países da União Europeia, promovem, desde 1995, Encontros Internacionais anuais com o objectivo de reflexão e debate sobre a construção da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) no quadro das relações transatlânticas.

Este ano teve lugar em Lisboa, entre 25 e 27 de Setembro, o VIII Encontro que integrou um ciclo de conferências sobre o tema “Depois do Euro – a Política de Defesa da UE”. O EuroDefense-Portugal, responsável pela organização e tendo em atenção as intervenções e debates ocorridos durante o Encontro e o consenso gerado na reflexão permanente das Associações EuroDefense, destaca neste Comunicado os aspectos entendidos como mais relevantes.

1. Princípios consensuais de orientação geral

- Os cidadãos europeus estão interessados em que a União Europeia tenha um papel mais activo na sua segurança e defesa;
- A Europa da Defesa deve ser construída de forma progressiva, “passo a passo”, através de objectivos realistas;
- A construção da defesa da União deve processar-se numa base essencialmente intergovernamental, sem excluir opções futuras mais centralizadas desde que sejam respeitados os princípios da subsidiariedade e da solidariedade comunitárias;
- O desenvolvimento da actual Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) deve procurar a complementariedade com a NATO, não se assumir como alternativa e ser factor de coesão e não de rotura dos laços transatlânticos.

2. Elementos a incorporar no desenvolvimento da Política de Defesa da UE

- A elaboração de um Conceito Estratégico de Defesa da UE que enquadre os objectivos operacionais potenciais para as acções a assumir pela UE e a natureza das relações estratégicas com a NATO;
- A elaboração de um Livro Branco que informe e mobilize a opinião pública europeia sobre a política e estratégia da defesa da UE;
- A adopção do Art.º V do Tratado de Bruxelas, integrando-o no Tratado da União Europeia, assumindo-se assim, entre os Estados membros, a “obrigação mútua de assistência militar em caso de agressão” como expressão de coesão, solidariedade e vontade política;
- Todos os actuais Estados membros da União e os que venham a entrar devem comprometer-se, sem reservas, na sua integração na PESC e na NATO.

3. Medidas a accionar no curto prazo

- A consecução, no prazo previsto, do “Headline Goal” como preconizado na Cimeira de Helsínquia para que a UE possa dispor da Força de Reacção Rápida como instrumento militar da União e da colaboração paritária transatlântica;
- A inclusão da luta contra o terrorismo internacional no âmbito da PESC em cooperação com o pilar da Justiça e Assuntos Internos tendo em vista a garantia de cooperação entre forças armadas, forças de segurança e serviços de informações;
- Garantir um maior interesse do Parlamento Europeu pelos problemas da segurança e defesa através da criação de uma “comissão de defesa” neste parlamento;
- A criação de uma “Agência Europeia de Armamento (AEA)”, uma “Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID)” e um “Mercado Europeu de Equipamento de Defesa”;
- A criação de uma “Agência Europeia de Informações (AEI)”;
- Aumentar progressivamente os recursos financeiros, tecnológicos e humanos dos Estados membros para a segurança e defesa, integrados com medidas de convergência comunitárias nesta área que podem incluir um Fundo Comum de Defesa.

Lisboa, Setembro de 2002

Colecção “Cadernos EuroDefense-Portugal”



EuroDefense-Portugal

Praça das Indústrias
Apartado 3200 – EC Junqueira
1301-965 Lisboa
Tel: (351) 21 360 11 15
Fax: (351) 21 363 56 08
E-mail: eurodef@aip.pt
Site: eurodefense.aip.pt